



**VENI CREATOR CHRISTIAN UNIVERSITY
MASTER'S DEGREE IN EDUCATION SCIENCES**

JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JUNIOR

**SINDICALISMO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE
AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES**

*UNIONISM IN THE STATE SCHOOL SYSTEM OF PERNAMBUCO: A STUDY OF
TEACHERS' CONCEPTIONS*

FLÓRIDA – USA

2022

JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JUNIOR

**SINDICALISMO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE
AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES**

*UNIONISM IN THE STATE SCHOOL SYSTEM OF PERNAMBUCO: A STUDY OF
TEACHERS' CONCEPTIONS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Veni Creator Christian University, na área de Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Matias Cardozo.

FLÓRIDA – USA

2022

International Cataloging-in-Publication Data
Library - VCCU

J62u

João Cavalcanti Ribeiro Junior

Unionism in the state school system of pernambuco: a study of teachers' conceptions / João Cavalcanti Ribeiro Junior. – Flórida-USA: Veni Creator Christian University - VCCU, 2022.

102f.

Master in Education Sciences - Veni Creator Christian University - VCCU, Florida-USA, 2022.

Advisor: Shslayder Lira dos Santos, PhD

1. Trade union movement. 2. Teaching Union. 3. Participative management. 4. Education workers.. I. Title.

CDU 370=(134.3)

JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JUNIOR

**SINDICALISMO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE
AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES**

*UNIONISM IN THE STATE SCHOOL SYSTEM OF PERNAMBUCO: A STUDY OF
TEACHERS' CONCEPTIONS*

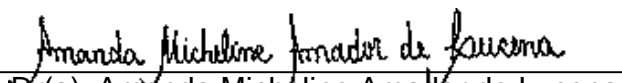
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Veni Creator Christian University, na área de Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

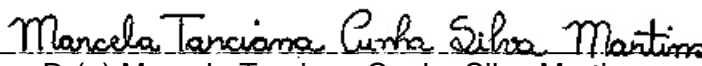
Orientador: Prof. Dr. Anderson Matias Cardozo.

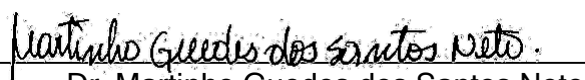
Aprovado em: 12 de Dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA


Dr. Anderson Matias Cardozo Orientador


Dr(a). Amanda Micheline Amador de Lucena
Professora Examinadora 1


Dr(a). Marcela Tarciana Cunha Silva Martins
Professora Examinadora 2


Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Professor Examinador 3

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo que me tem concedido.

Aos meus professores pela orientação.

Aos meus amigos, pela força.

Dedico à mãe natureza e à sabedoria dos homens.

A minha mãe que me dá força, quando me sinto fraco. A minha esposa, pelo companheirismo.

A minha amiga, que também é professora e aos filhos pelo seu incentivo didático.

O futuro tem muitos nomes. Para os fracos, é o inatingível. Para os temerosos, o desconhecido. Para os valentes, é a oportunidade.

Victor Hugo

RESUMO

Como entidade de representação dos trabalhadores em educação, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco SINTEPE contribuiu para mudanças estruturais a partir do século XX com reestruturação bem-sucedida e governança do estado que orquestraram o entendimento de educação na contemporaneidade. Na concepção ideológica a qual se define o sindicato, o SINTEPE teve e tem papel importante na construção das políticas públicas educacionais do Estado de Pernambuco, o que corrobora para a importância da participação cidadã e dos profissionais de educação no contexto que o define. Onde a partir dos anos 90 foram marcados por nova consciência para executar ações com lógica e buscando sempre romper os desafios na construção coletiva de políticas que beneficiem seus associados e consequentemente a sociedade. A partir deste entendimento, o presente estudo teve como principal objetivo descrever de que maneira e em quais circunstâncias o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE) vem atuando como agente de mobilização coletiva em prol da educação e de seus afiliados, visando à melhoria das condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação. Aliás, analisando a trajetória do sindicato docente em sua relação com o poder e suas experiências e práticas sindicais. O estudo é de natureza básica, de caráter descritivo e abordagem qualitativa e quantitativa. Os sujeitos da pesquisa foram 06 gestores e 120 professores filiados nas subsedes do Sindicato dos professores de Pernambuco, totalizando 126 participantes, teve como instrumento de coleta de dados a aplicação de um questionário. A partir dos dados levantados os resultados apontaram que os principais fatores que levaram os professores da rede pública do estado de Pernambuco a filiarem-se ao SINTEPE são os seguintes: Valorização da categoria; Necessidade de melhoria da qualidade de ensino- aprendizagem; Defesa das condições de trabalho da categoria; Defesa econômico-financeira dos associados, com estabelecimento de um piso salarial justo para os professores; luta por melhorias da infraestrutura e segurança dos profissionais da educação e alunos. Foi verificada também a ausência de um plano de carreira e uma formação continuada como instrumento de estímulo ao crescimento pessoal e profissional dos associados, condizente com o papel do professor na construção da sociedade. No entanto, os professores reconhecem o Sindicato como um elementíssimo para a organização da categoria. Embora haja críticas, e muito, que o Sindicato tenha que conquistar, sem dúvida ele é imprescindível para a melhoria das condições da categoria. Concluindo que o fortalecimento da participação dos trabalhadores é fundamental para que os sindicatos possam articular ações ofensivas de lutas reais por melhores salários da categoria que representa, e condições dignas de trabalho, como também trazer um panorama da realidade do trabalho na educação brasileira.

Palavras-chave: Movimento Sindical. Sindicato Docente. Gestão participativa. Trabalhadores em Educação.

ABSTRACT

As an entity representing workers in education, the Union of Education Workers of Pernambuco — SINTEPE contributed to structural changes from the 20th century onwards with successful restructuring and state governance that orchestrated the understanding of education in contemporary times. In the ideological conception which defines the union, SINTEPE played and plays an important role in the construction of public educational policies in the State of Pernambuco, which corroborates the importance of citizen participation and education professionals in the context that defines it. Where from the 90's they were marked by a new awareness to execute actions with logic and always seeking to break through the challenges in the collective construction of policies that benefit their associates and consequently society. Based on this understanding, the main objective of the present study was to describe how and under what circumstances the Union of Education Workers of the state of Pernambuco (SINTEPE) has been acting as an agent of collective mobilization in favor of education and its affiliates, aiming at improving working and teaching conditions for education professionals. In fact, analyzing the trajectory of the teachers' union in its relationship with power and its experiences and union practices. The study is of a basic nature, with a descriptive character and a qualitative and quantitative approach. The research subjects were 06 managers and 120 professors affiliated in the sub-headquarters of the Teachers' Union of Pernambuco, totaling 126 participants, using a questionnaire as a data collection instrument. From the collected data, the results indicated that the main factors that led public school teachers in the state of Pernambuco to join SINTEPE are the following: Valuing the category; Need to improve the quality of teaching and learning; Defense of the working conditions of the category; Economic- financial defense of associates, with the establishment of a fair salary floor for teachers; fight for improvements in infrastructure and safety for education professionals and students. It was also verified the absence of a career plan and continuous training as an instrument to stimulate the personal and professional growth of the associates, consistent with the role of the teacher in the construction of society. However, teachers recognize the Union as a very important element for the organization of the category. Although there is criticism, and much, the Union has to conquer, without a doubt it is essential for the improvement of the conditions of the category. Concluding that the strengthening of workers' participation is essential for unions to articulate offensive actions of real struggles for better wages for the category they represent, and decent working conditions, as well as bringing an overview of the reality of work in Brazilian education.

Keywords: Trade union movement. Teaching Union. Participative management. Education workers.

LISTA DE BREVIATURAS

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação MEC – Ministério da Educação e Cultura

PNE - Plano Nacional de Educação LDB - Lei de Diretrizes e Bases

CONED - Congresso Nacional de Educação PCN - Parâmetros Curriculares

Nacionais CNE – Conselho Nacional de Educação PIB – Produto Interno Bruto

FHC – Fernando Henrique Cardoso

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição dos diretores sindicais do Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE por gênero.....	49
Quadro 2. Distribuição da formação discursiva sobre as lutas sindicais do Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE ao longo dos anos....	49
Quadro 3. Distribuição da formação discursiva sobre a participação dos dirigentes nas reuniões sindicais realizadas pelo Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE ao longo dos anos.....	52
Quadro 4. Distribuição da formação discursiva sobre a greve realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação SINTEPE ao longo dos anos como forma de reivindicar melhorias.....	54
Quadro 5. Distribuição da formação discursiva sobre o piso salarial do profissional da educação do Governo do Estado de Pernambuco-PE.....	56
Quadro 6. Distribuição da formação discursiva sobre posição do sindicato sobre o piso salarial dos professores da Rede Estadual de Ensino do Governo do Estado de Pernambuco.....	58
Quadro 7. Distribuição da formação discursiva sobre ações desenvolvidas pelo sindicato dos trabalhadores/as em Educação – SINTEPE em prol dos sindicalizados.....	60
Quadro 8. Distribuição da formação discursiva sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e os debates nos sindicatos da categoria.....	62
Quadro 9. Distribuição da Formação discursiva sobre as ações desenvolvidas pelo sindicato dos trabalhadores/as em Educação – SINTEPE em relação a formação profissional.....	65
Quadro 10. Distribuição da formação discursiva sobre contribuição do sindicato dos trabalhadores/as em Educação – SINTEPE na melhoria do processo de ensino aprendizagem e na busca por efetivação de uma gestão democrática na rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco.....	68
Quadro 11: Identificação dos professores sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE que participaram da pesquisa.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formação acadêmica dos professores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE.....	72
Gráfico 2: Conhecimento dos profissionais sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE sobre as lutas sindicais.....	74
Gráfico 3: Participação dos profissionais sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE em reuniões sindicais.....	76
Gráfico 4: As greves são vistas como melhor forma de reivindicação pelos sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE.....	77
Gráfico 5: Os sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE consideram o piso salarial atual como reconhecimento profissional.....	79
Gráfico 6: Debates dos sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).....	
Gráfico 7: Participação dos sindicatos na busca por mudanças no ensino e numa gestão participativa democrática.....	

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS	18
1.1.1 Objetivo Geral.....	18
1.1.2 Objetivos Específicos.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 HISTÓRICO E LUTAS DO SINDICALISMO NO BRASIL	20
2.1.1 A luta por um piso salarial	24
2.1.2 Os desafios do sindicato	27
2.1.3 Os conflitos para a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE).....	27
2.1.4 Valorização dos profissionais de educação.....	33
2.2 O PAPEL DO SINDICALISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL	35
2.3 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO ESCOLAR BASEADO EM PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS.....	40
3 PERCURSO METODOLÓGICO	45
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	45
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	46
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	46
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	47
3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	48
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	48
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	49
4.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM DIRETORES SINDICAIS	49
4.1.1 Identificação pessoal e profissional dos diretores sindicais entrevistados	49
4.1.2 Opinião sobre as lutas que foram desenvolvidas pelo sindicato.....	49
4.1.3 Participação em reuniões realizadas pelo sindicato para soluções de problemas sindicais.....	51
4.1.4 Opinião sobre as greves como sendo uma forma de reivindicar melhorias das condições de trabalho e ensino dos docentes.....	53
4.1.5 O piso salarial condizente com a profissão	55
4.1.6 Posição do sindicato em relação ao piso salarial	57
4.1.7 Ações para reivindicar melhores condições de trabalho aos	

sindicalizados	60
4.1.8 O Plano Nacional de Educação (PNE) e os debates nos Sindicatos.	62
4.1.9 Ações desenvolvidas pelo sindicato em relação à formação profissional	65
4.1.10 Contribuição do sindicato na melhoria do processo de ensino aprendizagem e na busca por efetivação de uma gestão democrática.....	68
4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES SINDICALIZADOS	72
4.2.1 Conhecimento das lutas que foram desenvolvidas pelo sindicato ao longo do tempo em prol dos trabalhadores da educação	74
4.2.2 Participação das reuniões realizadas pelo sindicato para soluções de problemassindicais.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
ANEXO I: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA	94
ANEXO II: CARTA DE ANUÊNCIA	95
ANEXO III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	96
APÊNDICE I: GUIA PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES	99
APENDICE II: GUIA DO QUESTIONÁRIO DOS DIRETORES SINDICAIS.....	101

1 INTRODUÇÃO

A educação na América e principalmente em países da América Latina, tais como: Argentina, Chile, Venezuela, Uruguai e Brasil, países que têm melhores condições econômicas que os demais países latinos e, segundo Gadotti (2014), está passando por profundas mudanças em relação à sua concepção, aos seus conteúdos, métodos e objetivos, enfrentando problemas crônicos, como evasão escolar, a repetência e baixa qualidade. Mas, que, por sua vez, vem fazendo reformastentando minimizar a grave situação em que se encontra a educação pública. Porém, essas reformas não vêm surtindo o efeito desejado, principalmente com a redução de verbas para a educação e o achatamento dos salários dos docentes.

Nesse cenário de reestruturação do trabalho, as medidas que visam à redução de gastos de pessoal na área pública, cujo fundamento é uma administração mais racional centrado em resultados com acompanhamento e avaliação de desempenho, constituem-se elementos do processo de intensificação do trabalho (HENRIQUES; SILVA, 2021).

Na luta pelos seus direitos, neste cenário que só apresenta perdas para o profissional de educação, a classe trabalhadora busca ter a percepção de que, ao se sindicalizar, sentem-se amparados de alguma forma a uma entidade de estatutojurídico e, possivelmente, é um dos motivos pelos quais o sindicalismo se firma majoritariamente (BIAVATTI, 2004).

No entanto, em um passado recente, meados da década de 90, houve um avanço com eleições diretas nas escolas. Entretanto, nas últimas décadas, não mais se promoveram eleições para diretores das escolas públicas. Os governos vêm utilizando uma prática não democrática de manter as direções, sempre adiando o processo eleitoral e, mais ainda, os que não concordam ou se manifestam contrário são exonerados. Outro fato marcante desse modelo de gestão é que os secretáriosde educação foram nomeados sob critérios como afinidades político-partidárias, muitos dos quais sem qualquer relação com educação em seus currículos. De acordo com Silveira (2016) ser sindicalizado é uma forma de ter garantias diante do modelo de gestão ainda com moldes autoritários e herança do

período militar, em que grande parte dos diretores eram indicados por políticos.

Estudar o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Pernambuco - SINTEPE tem sua relevância por contribuir para o conhecimento de legislações que tiveram início desde o período do regime militar. Inicialmente só era possível a existência de associações de classe, e o próprio SINTEPE atuava como Associação dos Professores do Estado de Pernambuco (APENOPE). Em que pese a situação de que não era reconhecido como entidade representativa, a atuação dos militantes e da própria associação já tinha, na época, características, na prática, de um sindicato. Durante a primeira década de existência como associação, foi a representação máxima da categoria, promovendo assembleias, paralisações e confrontos diretos com as forças repressoras da época. Mesmo naquela época de regime militar, Estado e sociedade não eram dois mundos estranhos. Pelo contrário, sempre houve um duplo movimento do Estado em direção à sociedade e desta em direção ao Estado. Esse movimento se caracteriza pela indefinição dos espaços públicos e privados (FAUSTO, 1995).

O movimento sindical no estado de Pernambuco vem passando por mudanças e transformações no campo político de sua organização como sindicato. A pesquisa se propõe a compreender de que maneira e em quais circunstâncias o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE) vem atuando como agente de mobilização coletiva em prol da educação e de seus afiliados, visando à melhoria das condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação.

Ao longo do tempo, os professores passaram a entender o sindicato como espaço específico para resistir, transformando-se em sindicatos que, deixando de serem os revolucionários do passado, atuam hoje por meio da participação para a cidadania. Em vista desse compromisso dos sindicatos, esperados por seus associados, é importante que estudos sejam realizados, o que gerou a pergunta norteadora deste estudo: Quais os caminhos que o sindicalismo docente pode percorrer para melhorar as condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação?

Diante da necessidade de haver uma organização na entidade de classe representativa que auxilie na melhora e qualidade de condições de trabalho para

que possa exercer o desempenho profissional dos professores do estado de Pernambuco de forma efetiva, planeja-se como hipótese: o movimento sindical dos trabalhadores de educação, enquanto entidade representativa não vem atuando conforme a sua importância e significado para a classe com efetivas ações que contribuam para a melhoria das condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação.

Na luta pelo ensino público gratuito, universal, democrático e de qualidade, em todos os níveis, na década de 1980 foi organizado o Fórum Nacional em Defesa da escola Pública, congregando várias entidades da sociedade civil, principalmente aquelas ligadas à educação, entre elas, os sindicatos representando os profissionais da educação brasileira. Deve-se a este Fórum a formulação e propostas legislativas para a Constituição e para a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), assim como a luta e negociação dos itens que ele julgava representar avanços para o conjunto da população brasileira. Várias instituições, entre elas os sindicatos, objetivam aproximar conceitos e estratégias para que as diferentes visões e interesses de representação, não impeçam o esforço comum pela aprovação de projetos que venham a beneficiar a classe trabalhadora, e em tabela os que dele se favorecem. É importante a mobilização da opinião pública, apoios no meio educacional, estudantil, acadêmico, sindical para que pressione o Poder Executivo e os parlamentares na luta pela valorização profissional, que no Brasil tem século de atraso (NASCIMENTO, 2019).

Em decorrência das transformações que vem passando a sociedade nas últimas décadas, principalmente a educação, o movimento sindical no estado de Pernambuco também teve efetivas mudanças e transformações no campo político de sua organização como sindicato o que tem levado a estudos e debates sobre a importância da valorização dos trabalhadores da educação, que são identificados com a proposta pedagógica do Município e de cada escola, uma luta que vem sendo travada ao longo dos anos pelos sindicatos em prol dos profissionais de educação para que tenha seus direitos reconhecidos e condições adequadas e necessárias para que possa realizar o trabalho com qualidade.

A relevância social e científica do estudo para a educação está no fato de que o fortalecimento da participação dos trabalhadores é fundamental para que os

sindicatos possam articular ações ofensivas de lutas reais por melhores salários da categoria que representa, e condições dignas de trabalho, como também trazer uma síntese da realidade do trabalho na educação brasileira. O conhecimento a ser adquirido com este estudo poderá contribuir para que haja a construção de uma visão geral do movimento sindical e de como esse espaço deveria verdadeiramente ser para os trabalhadores envolvidos. Mas, conforme mencionado, as transformações ocorridas no mundo do trabalho atingem também a subjetividade da classe trabalhadora “no sentido de cooptá-la ao projeto de exploração e dominação de classe” (ABRAMIDES, 2017, p.369). O que tornou de suma importância essa investigação sobre o sindicalismo docente.

Sob o ponto de vista formal, esta pesquisa está dividida em três partes: o primeiro capítulo é composto da fundamentação teórica, na qual se aborda: um breve histórico sobre o sindicalismo no Brasil; o papel do sindicalismo no contexto educacional fazendo referência à organização sindical como defensor dos professores no processo de implantação de um modelo de gestão escolar, baseado em princípios democráticos.

O segundo capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado na elaboração do estudo, descrevendo os procedimentos utilizados no levantamento das informações, e o terceiro capítulo do trabalho foi reservado ao estudo empírico, onde se apresentou o resultado e discussão das aplicações dos questionários na sede e subsedes do SINTEPE, finalizando o estudo apresentando as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever de que maneira e em quais circunstâncias o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE) vem atuando como agente de mobilização coletiva em prol da educação e de seus afiliados, visando à melhoria das condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Levantar informações da última década de atuação do SINTEPE e sua contribuição para os avanços e a organização dos trabalhadores em educação do Estado de Pernambuco para melhoria das condições de trabalho.
- Identificar os fatores que segundo os trabalhadores em educação houve efetiva participação do sindicato e que levaram-nos a filiar-se ao sindicato;
- Analisar o significado e a importância que os trabalhadores de educação atribuem ao movimento sindical, enquanto entidade representativa que busca melhorar as condições de trabalho de seus afiliados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO E LUTAS DO SINDICALISMO NO BRASIL

A origem do movimento sindical, segundo Antunes (2003), é de meados do século XVIII, quando se consolidava o capitalismo, com o intenso desenvolvimento das máquinas, substituindo a produção artesanal e manufatureira, que agora ingressava na fase industrial. Com essa mecanização dos processos produtivos, um grande número de operários ficavam sem trabalho, alimentando o capitalismo que passava a pagar salários ainda mais humilhantes para o restante dos operários.

Os sindicatos começaram a ser organizados durante a Revolução Industrial na Inglaterra (Século XVIII). No começo, as associações eram chamadas de *trade unions* (BATALHA, 1994).

Já no século seguinte, ocorrem profundas mudanças nesse processo, acelerando a produção, devido à expansão da Revolução Industrial, acumulando grandes riquezas com a exploração de uma grande massa de operários em condições subumanas. Antunes (2003) relata que a única força que a classe trabalhadora possui é a quantidade. Porém, essa força é diminuída quando há desunião entre a classe. O surgimento dos sindicatos tem como fato histórico o esforço da classe operária na luta contra a dominação do capitalismo.

Os sindicatos passaram a atuar na organização das lutas trabalhistas visando à emancipação econômica, social e até política dos operários, considerando a necessidade de melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores, devido aos excessos do capitalismo. Sob tais aspectos, verifica-se que os sindicatos exerceram um papel fundamental na organização dos trabalhadores, uma vez que puderam fornecer alguns meios de resistência na defesa daquelas pessoas como cidadãos (BASIUK, 2007).

Os sindicatos no Brasil têm sua origem ligada ao processo de transformação de nossa economia no século XIX, quando o centro agrário era o café, provocando a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado; transferência do lucro do café para a indústria; e poder político nas mãos dos cafeicultores (LOPES; TRIGUEIROS, 1991).

A partir da década de 30, o Brasil passou por mudanças profundas, tanto no

campo político, como no econômico. O governo de Getúlio Vargas, através do plano econômico (TRIPÉ ECONÔMICO) baseado no capital estatal e privado nacional e internacional, realiza profundas mudanças na infraestrutura do país, dando condições para que grandes projetos industriais se instalem. O próprio governo, por exemplo, através do capital estatal, implanta a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Com a implantação da indústria de base, o Estado oferece condições para que outros segmentos industriais sejam implantados, colocando o país como uma nação industrializada, e a classe operária adquirindo uma importância maior, mas estava submetido a modelos implantados pelo capitalismo mundial, em que o conflito entre capital e trabalho passou a ser retratado como uma questão política. Isso criou uma estrutura sindical corporativista, dependente e atrelada ao Estado, inspirada no fascismo italiano.

Por outro, criou o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A fundação dos sindicatos oficiais, a criação do imposto sindical e a política populista de Getúlio Vargas estimularam o surgimento dos sindicatos que davam total apoio ao governo, os chamados sindicatos pelegos. Categorias e sindicatos combativos, no entanto, resistiram e obtiveram conquistas importantes como a Lei de Férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outros (LOPES, 2005).

Na década de 70, por conseguinte, começa a surgir um novo sindicalismo, que retomou as comissões de fábrica e propôs um modelo de sindicato livre da estrutura sindical, com uma participação maior de segmentos da sociedade e lideranças populares, representantes de movimento popular e de disciplinas voltadas para a organização da sociedade, tanto relacionadas aos fatos históricos quanto sociais. Destacando-se as Ciências Sociais, História e a Sociologia, contribuindo com conhecimentos sobre o tema. Nesse período, o neoliberalismo toma força no mundo, redimensionando o conflito político, passando a excluir os sindicatos das negociações, enquanto que no Brasil é o sindicato docente que se solidifica. Pinto (2022, p.1) relata que:

Os últimos anos da década de 1970 viram o surgimento de um novo movimento sindical dos operários brasileiros, influenciando na abertura democrática e na história do Brasil das décadas subsequentes. O

Novo Sindicalismo aflorado nos anos de 1978 a 1980 resultou na criação da **Central Única dos Trabalhadores (CUT)**, em 1983, e da **Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)**, em 1986, além de constituir as bases para a formação do **Partido dos Trabalhadores**, em 1980.

O **movimento grevista**, que foi o ápice do Novo Sindicalismo, iniciou-se em 12 de maio de **1978** nas fábricas de caminhões da Saab-Scania, em **São Bernardo do Campo**, São Paulo, quando cerca de 2 mil metalúrgicos cruzaram os braços pela reivindicação de 20% de aumento salarial. No contexto de arrocho dos salários e de fim do crescimento verificado durante o Milagre Econômico no Brasil, o movimento se alastrou para outras empresas, como a Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen.

Em 1979, uma nova onda grevista surgiu nas cidades paulistas de Osasco e Guarulhos, além de outras localidades, mas contando desta vez com outras categorias profissionais além dos metalúrgicos, como professores, bancários, funcionários públicos, jornalistas, operários da construção civil, médicos, e outras categorias.

Em 1980, uma nova greve ocorreu em São Bernardo do Campo, durando 41 dias e mobilizando 300 mil metalúrgicos. No Brasil não havia greves desta dimensão desde 1968 e tampouco haviam sido organizadas contra a vontade das antigas direções sindicais. Acostumados com as negociações com os governos, os velhos dirigentes dos sindicatos da região foram superados por novas lideranças, dentre as quais se destacou **Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e um dos principais líderes do futuro PT.

Na greve de 1980, a população se solidarizou com os grevistas arrecadando recursos para os fundos de greve e alimentos. Mesmo com o governo enfraquecido, a repressão aos manifestantes foi dura, com mortes e intervenções nos sindicatos mais ativos, como o dos bancários de Belo Horizonte e Porto Alegre, e o dos Metalúrgicos de São Bernardo. Foi neste ano também que Lula foi preso, enquadrado pelo regime militar na Lei de Segurança Nacional.

As consequências das greves foram o enfraquecimento ainda maior do regime militar e o surgimento de um polo aglutinador das forças de esquerda, fragmentadas durante a ditadura, em torno da CUT e do PT, que se tornariam elementos de organização extremamente influentes nas três décadas posteriores.

As greves no ABC e o fim da ditadura. As greves no ABC - Mundo Educação (uol.com.br)

Na década de 80, os sindicalistas, intelectuais e representantes do movimento popular fundam o Partido dos Trabalhadores, com a proposta de estabelecer um governo que represente os anseios da classe trabalhadora. Movimentos estes que no início da década de oitenta tinham um efeito marcante, pois representavam outras bandeiras de lutas, diferente da situação política do país vivida no período do regime autoritário da Ditadura Militar, a qual se encontrava em pleno processo de desgaste, devido às condições econômicas e social em que se encontrava o país

(CHIARELLI, 2005).

Em 1984, é realizado, em São Bernardo do Campo (SP), o 1º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com a participação de 5.260 delegados eleitos em assembleias, de todos os estados da federação, representando 937 entidades sindicais. Surgem os princípios de uma nova proposta sindical, que vem mudando o país, e que resultou na eleição de um operário para presidente da república (Luiz Inácio Lula da Silva), em 27 de Outubro de 2002.

Diante desse quadro, como explicar os sucessivos fracassos das lutas sindicais no país na última década? E especialmente no momento político em que o partido representante dos trabalhadores se encontrava no poder. E as principais representações trabalhistas como a CUT e especialmente a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) cuja maioria de seus filiados é militante dos partidos atuais que governam a maioria dos estados e os principais municípios do país?

Umhas centenas de greves foram abafadas e até ridicularizadas por parte da população em setores que são essenciais e comprometem a qualidade de vida das pessoas, principalmente as de baixa renda, que é a maioria em uma nação, em que a saúde, educação e segurança não atendem as condições mínimas exigidas pelas organizações internacionais, onde o país ocupa as últimas posições nos indicadores sociais.

De acordo com Antunes (1995, p. 21):

É possível dizer que o êxito (ou não) dessas greves deveu-se a vários elementos, dos quais podem ser destacados: uma contextualidade de crise e desgaste, inicialmente do governo ditatorial de Figueiredo e, posteriormente, da Nova República bem como a existência de um nível de organização sindical prévio, dado pela presença especialmente da CUT.

E quando se refere às regiões, as disparidades são alarmantes. No tocante à educação, as distorções são enormes em todos os níveis de escolarização.

Nesse contexto dos anos 90, claramente desfavorável aos trabalhadores, em que a CUT adotou uma estratégia de ação mais moderada, dando preferência para a negociação e a proposição, ela não deixou de fazer oposição e combater as políticas neoliberais, lutando contra ações que visavam a fragilização das relações

de trabalho e a redução de direitos (Araujo; Oliveira, 2014).

Assim o poder do Estado contido na sociedade civil, igreja, partidos, sindicatos, os blocos históricos, isto é, o conjunto complexo contraditório e discordante das superestruturas dos órgãos de comunicação e a escola, se associam dando poder político e ideológico ao estado em que as estruturas tendem a formar um conjunto das relações sociais com produção.

2.1.1 A luta por um piso salarial

As entidades dos educadores lutam por um Piso não contingenciado, não circunscrito ao Fundo, portanto não excluem conflitos, muito pelo contrário, expõem os problemas que se acumularam em virtude de fatores históricos e, também, conjunturais. Para Vieira (2010, p. 63):

Há uma compreensão muito próxima, entre os vários atores sociais incluídos no debate, sobre a necessidade de profissionalismo dos educadores brasileiros para que se encontrem condições de responder aos imensos desafios apresentados, atualmente, para a educação pública.

Esta compreensão é uma necessidade para o conhecimento que vai desde o conceito do que é piso salarial, da concepção conservadora do papel da escola, que desconsidera as crescentes complexidades da instituição, até a sua importância para a educação do país.

Portanto, o piso implica o reconhecimento do profissional a todos aqueles que quiserem ser educadores, não importando se o educador vive numa grande metrópole, numa vila, no sertão. Em qualquer lugar do Brasil, a proposta é de que haja um patamar de valorização salarial semelhante a tantos já obtidos por diversas categorias, e que não sejam boicotados.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) apresentou a melhor proposta para o piso salarial em relação às propostas da Undime e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e na qualidade de entidade representativa dos trabalhadores da educação básica pública no país, em reportagem publicada em seu site, apresenta a seguinte matéria:

Sempre pautou a valorização da carreira profissional de professores,

especialistas e funcionário da educação, através de um piso salarial nacional decente e que reflita dignidade e respeito profissional, além de possibilitar a manutenção dos educadores nas redes de ensino (em uma só escola) e a atração de novos profissionais para as escolas públicas.

Atualmente, a principal referência para a valorização do Piso consiste na consolidação da meta 17 do projeto de Plano Nacional de Educação, em trâmite no Senado Federal, que prevê equiparar a remuneração média do magistério à de outras categorias profissionais com mesmo nível de escolaridade – vinculando definitivamente o piso à carreira profissional. Neste sentido, importa destacar que a proposta de alteração do critério de atualização do Piso, construída coletivamente entre CNTE, Undime e Campanha Nacional pelo Direito à Educação – e a qual foi absorvida pelo relatório da Comissão Parlamentar da Câmara dos Deputados encarregada em discutir alternativas ao PL 3.776/08, que por sua vez prevê fixar o reajuste do piso unicamente ao INPC/IBGE – é a melhor pelas seguintes questões:

1. Garante o crescimento do Piso acima do percentual considerado pelo MEC de 7,97%. Pela proposta da CNTE, em 2013, o piso seria reajustado em 9,05%. Isso porque a receita consolidada do Fundeb deverá crescer 6,1% (e metade desse percentual ficaria reservado para o ganho real do Piso) e a inflação medida pelo INPC deverá ficar em 6% em 2012 (reposição esta garantida integralmente na proposta da CNTE).
2. Vincula o percentual de atualização do Piso ao crescimento da receita consolidada do Fundeb de dois anos anteriores, superando assim as vulneráveis estimativas da STN/Fazenda (CNTE, 2013).

É preciso ponderar que o piso salarial não deve ser considerado apenas como uma remuneração de início de carreira, mas como um valor que deve corresponder às necessidades que um profissional tem para realizar o seu trabalho, não no último ano de carreira, mas a partir do momento em que ingressa na profissão.

Outro fator que deve ser levado em consideração é que o piso deve representar um valor total, e não o somatório de recursos que incluam benefícios sociais, nem sejam acopladas vantagens funcionais, tempo de serviço, mérito de trabalho, entre outras. Deve ser sim uma referência destinada a estimular e promover a profissão (VIEIRA, 2010).

É importante atentar para o fato de que as interfaces da valorização salarial podem suscitar novas realidades e questões para a educação, em que vários debates já foram realizados sobre a necessidade de uma legislação que trata da responsabilidade educacional. Para que haja o cumprimento dos dispositivos das constituições, sejam federais ou estaduais, e nas leis orgânicas, municipais e

distritais, como também na legislação pertinente, é necessário o estabelecimento de sanções administrativas, civis e penais. No caso de descumprimento, quando o conteúdo é dessa natureza, recursos do Fundo para o Piso, as ocorrências tornam-se mais difíceis, acumulando-se ao longo dos anos um salário defasado e não condizente com o profissional da educação básica (VIEIRA, 2010).

A implantação do piso salarial criou mais uma luta por parte dos sindicatos, bem como uma maior participação dos professores devido a fatores tais como: o primeiro dia de janeiro como data-base para o reajuste, cujo parâmetro é o 'custo-aluno'. Esse reajuste sofre resistência dos governantes estaduais e municipais, sob a recorrente alegação de caixa insuficiente, provocando invariavelmente a mobilização dos sindicatos. Esses gestores não querem compreender que o reajuste salarial representa uma valorização dos profissionais da educação. Afinal, o professor é aquele que forma todos os demais profissionais, e por isso deve ser o profissional mais bem pago do país.

Embora a lei do piso salarial tenha melhorado o salário dos professores, essa vantagem ainda é bastante sutil, principalmente para os professores das classes iniciais e média. O piso salarial dos professores do estado de Pernambuco, e do Brasil como um todo, ainda está muito aquém daquele praticado nos países desenvolvidos.

A Doutora em Direito Constitucional e consultora da UNESCO e do Conselho Nacional de Educação, Alessandra Gotti (p. 25 a 30, ed. 2004) traz uma importante reflexão:

Se o professor é um fator essencial para a educação de qualidade no país, é fundamental que haja vontade política para estruturar uma carreira mais atraente para essa profissão, com maior remuneração e progressão ao longo dos anos atrelada ao desenvolvimento profissional e à aprendizagem dos alunos. É preciso valorizar o profissional responsável por auxiliar o país a dar um salto em seu desenvolvimento social e econômico.

É necessário estar atento não apenas à valorização do piso salarial do profissional de educação, mas também à preservação de todos os seus direitos, indistintamente, para ativos e aposentados, além da garantia de integralidade e paridade de remuneração.

2.1.2 Os desafios do sindicato

Dentre os diversos desafios do sindicato, encontra-se a busca por uma educação de qualidade para a sociedade em parceria com profissionais qualificados e satisfeitos com a sua profissão de educador.

2.1.3 Os conflitos para a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE)

A educação, como processo, é inerente à sociedade. Mas, educação não é só processo, não é somente socialização através de um aparelho formal, de uma instituição específica, de um conjunto de atores especializados. Educação é intencionalidade, é vontade de avançar, de superar problemas, de priorizar valores sobre valores, de mudar pessoas, grupos, comunidades. Educação é um projeto. E, como projeto social, é um projeto político. No entanto, é necessário estabelecer que tipo de homem e mulher se pretende formar e que tipo de sociedade se quer construir. É necessário, portanto, ficar atento a essa disputa de projetos políticos (MONLEVADÉ, 2002).

No período de 1986 a 1996, a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) na Câmara e no Senado refletiu as mudanças de correlação de forças no país.

De acordo com Monlevade (2002, p. 21):

A primeira LDB, consubstanciada no texto do deputado baiano Jorge Hage, havia ressuscitado a hegemonia da escola pública dos primeiros relatórios do capítulo da educação na constituinte, da lavra de João Calmon e Arthur da Távola. Nela um Conselho Nacional de Educação, composto democraticamente e oxigenado por um Fórum que a cada cinco anos reunia a sociedade civil, coordenava o sistema nacional de educação e elaborava o PNE. A universalização do ensino público em todos os níveis se garantia por um esquema de verbas crescentes e proporcionais à demanda e à qualidade, assegurada por um piso salarial nacional e uma jornada integral de 40 horas para os professores das redes federal, estaduais, e municipais.

No entanto, devido a não reeleição do partido, o texto perde sua contundência socializante e perfil democrático, chegando ao Senado já comprometido pelas posições de apoio à função complementar da iniciativa privada na oferta da educação

escolar. Isso na prática significava a morte de qualquer PNE que tenha por princípio a universalização da escola pública e gratuita.

De acordo com Monlevade (2002, p. 22) para Cid Sabóia substituto do Senado,

O sistema nacional de educação era uma locução proibida; conselho nacional de educação, um órgão frágil e secundário; e o plano nacional de educação era substituído por algo vago e restrito, chamado década da educação. Darcy acreditava que cinco anos de primário em tempo integral para todas as crianças brasileiras eram suficientes para revolucionar o ensino e a sociedade, por meio de uma injeção maciça de qualidade que ele cria ao existir no seu modelo de CIPE. O resto ensino secundário e superior viria por acréscimo, por pressão das próprias famílias e crianças escolarizadas.

Em síntese, o PNE começava e terminava no ensino fundamental público de cinco anos, e o restante da educação ficaria por conta das forças de mercado. E que mercado!

Antes que a LDB fosse aprovada e sancionada sem vetos no dia 20 de dezembro de 1996, o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, aprovou Proposta de Emenda Constitucional 233/95, que se transformou em Emenda Constitucional 14, de 12 de dezembro de 1996, impondo um PNE menor, preocupado unicamente com a priorização e municipalização do ensino fundamental, reduzindo o potencial de qualificação do ensino a uma mera complementação da União para os Estados cujo gasto-médio-anual por aluno não atingisse, em 1997, o valor mínimo anual de R\$300,00 (MONLEVADE, 2002).

No texto da LDB – Lei 9.394/96 são feitas duas referências ao PNE: uma no art. 9º: A União incumbir-se-á de:

Art. 9º.

- I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
- III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e

seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII- assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º. Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º. As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior (BRASIL, 1996).

Percebe-se que o referido artigo incumbe a União de elaborá-lo e outra no art. 87 das disposições transitórias:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º. A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º. O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.

§ 3º. Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

I - matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância; IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º. Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º. A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito

Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados (BRASIL, 1998).

É neste artigo que se dá o prazo de um ano para sua elaboração, o que possibilitava que em 1998 ele pudesse estar pronto para imediata implementação. Mas a quem interessava aprovar o PNE?

Na luta pelo ensino público gratuito, universal, democrático e de qualidade, em todos os níveis, na década de 1980 foi organizado o Fórum Nacional em Defesa da escola Pública, congregando várias entidades da sociedade civil, principalmente as ligadas à educação, entre elas, os sindicatos representando os profissionais da educação brasileira. Deve-se a este Fórum a formulação e propostas legislativas para a Constituição e para a LDB, assim como a luta e negociação dos itens que ele julgava representar avanços para o conjunto da população brasileira.

Para Monlevade (2002, p. 25):

A reta final da tramitação da LDB e o anúncio do tempo de elaboração da Lei doPNE foram um novo desafio e convite ao trabalho para as entidades reunidas no Fórum que, no início de 1996, estavam alquebradas pelo longo e penoso processo de ‘tritramento’ de suas teses, antes vitoriosas.

Diante do desgaste foi convocado para julho de 1996, em Belo Horizonte, o Congresso Nacional de Educação (CONED), que iria renovar a tradição das conferências nacionais de educação, tendo o objetivo de discutir a política nacional de educação, contrapondo-se às práticas do Governo de Fernando Henrique Cardoso, e lançar as bases de um Plano Nacional de Educação alternativo.

Embora a tônica do debate fosse crítica e contestatória no I Coned, ficou claro que os educadores comprometidos com cada nível, etapa e modalidade de ensino construíram concepções alternativas e criativas para um futuro PNE, sendo já convocado o II Coned para depois da aprovação e sancionamento da LDB, para sua realização no prazo previsto pelo Art. 87, de um ano, para apresentação ao projeto delei ao Congresso Nacional.

Dessa forma, o II Coned foi a reedição propositiva do primeiro. As ações eram tópicos: TV Escola, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Dinheiro direto na

Escola, programas ampliados de livro didático e de merenda escolar.

No entanto, as diretrizes para novos planos de carreira do magistério da educação básica, que o Conselho Nacional de Educação finalmente havia acertado com o MEC, não pegavam por falta de legitimidade e, principalmente, por falta de dinheiro nos Estados e nas Prefeituras.

As diretrizes do PNE do Coned, embora inspiradas nas teses da esquerda, não vão além dos direitos dos cidadãos e deveres do Estado já garantidos pela Constituição. Nas metas ele é prudente, conservando percentuais de atendimento das escolas privadas nos diversos níveis e não atingindo a cobertura universal na educação infantil e na educação de jovens e adultos nos próximos dez anos. Estabelece metas quantitativas para todos os níveis e modalidades de ensino, dentro do critério qualifica-lo por investimentos por aluno semelhantes aos praticados nos países avançados.

Em fevereiro de 1998, o MEC protocolou sua versão do PNE, que se constituiu no Projeto de Lei 4.17398. Assim, não houve tempo de a população conhecer os méritos da proposta de PNE do Coned, a não ser em contraste com o projeto oficial, o que esvaziou a substância do debate (MONLEVADE, 2002).

Este documento originou-se de um texto encomendado à secretária de política educacional do MEC, professora Eunice Durham, bastante divulgado e debatido em sucessivos encontros com os conselheiros das duas Câmaras do CNE, com os secretários estaduais e municipais de educação, seus assessores e especialistas, e apesar dos detalhes terem sido aperfeiçoados, não desfez a estrutura matricial do texto, calcada em um punhado inflexível de concepções, ou seja o PNE do MEC não somente se encaixava no figurino das políticas educacionais do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) como também parecia um mero prolongamento inercial dele, contido em possibilidades decrescentes de financiamento e não balizado pelos desafios das demandas de quantidade e qualidade.

Percebe-se que o então presidente não teve o menor interesse em formular e executar o PNE. Para o público foi passada a explicação que vários itens do Projeto do Coned eram inconstitucionais e que a destinação de 10% do PIB para a educação era um exagero que iria comprometer os outros setores das políticas públicas, como a saúde e a segurança.

As alterações realizadas por Marchezan, foram, primeiramente, discordar do projeto do MEC no item mais polêmico: a destinação de 6,5% do PIB para a educação. Ele não somente elevou para 7% como precisou que seriam 7% de recursos públicos, o que perfazia um aumento real de 40% no conjunto de recursos da União, dos Estados e dos Municípios para a educação pública, a ser alcançada em cinco anos. A segunda, foi reconceituar o PNE como instrumento e ferramenta de desenvolvimento econômico e social do país. A terceira, foi competência oportunista, ao colocar o PNE como estratégia permanente de combate à pobreza, não só invocando o caráter de universalidade da educação fundamental obrigatória, como canalizando parte dos recursos do Fundo de Pobreza para o programa de renda mínima, por meio da Bolsa Escola Federal, financiado pelo CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras). Dessa forma, o PNE, após convenientes ajustes de redação de que precisava para não ser contestado no Senado, obteve uma rápida aprovação.

Aprovado o segundo o texto substitutivo, o PNE tem como objetivo:

- a) Elevação global do nível de escolaridade da população;
- b) Melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- c) Redução das desigualdades sociais e regionais, no acesso e no sucesso escolar;
- d) Democratização da gestão de ensino público, pela participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica e pela participação da sociedade nos conselhos escolares (MONLEVADE, 2002, p. 31).

De acordo com os objetivos propostos no PNE são cinco as prioridades do Plano para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, no entendimento de Monlevade (2002, p. 32):

- 1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso, permanência e conclusão deste nível;
- 2. Garantia do ensino fundamental a todos os que ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- 3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;
- 4. Valorização dos profissionais de educação;
- 5. Desenvolvimento de sistema de informação e de valorização em todos os níveis e modalidades de ensino.

Apesar de todos os esforços para que houvesse um PNE condizente com as necessidades educacionais, segundo Vieira (2010), cabe, aqui, um parêntese sobre a política de Fundos. A primeira situação a ser considerada é o fato de que, no Brasil, os recursos para a educação são vinculados. Pelo artigo 212 da Constituição Federal, a União é obrigada a investir 18% dos impostos e os estados, Distrito Federal e municípios a investirem 25%, no mínimo. No entanto, esta vinculação é frequentemente questionada por setores que desejam recursos públicos para outras finalidades, elevando-se cada vez mais as diferenças regionais.

2.1.4 Valorização dos profissionais de educação

Devido aos impactos da globalização, os agentes públicos enfrentam diferentes e complexas situações possíveis, sejam em termos ambientais, de saúde, de previdência, de inclusão tecnológica, tornando-se difícil o papel vital da educação na garantia do direito social e da viabilidade de um projeto de desenvolvimento civilizadamente sustentável, como a princípio pode parecer.

O modo como Antunes classifica atualmente os trabalhadores, não é o mesmo do século passado. O trabalho no mundo atual, afirma Antunes (2018), não diz respeito somente aos trabalhadores manuais diretos, mas engloba o trabalho social, o trabalho coletivo, o qual vende a força de trabalho, a qual transforma em mercadoria em troca de salário. Com isso os trabalhadores, Antunes (2018), procura em Marx a ideia de trabalho produtivo.

Ela tem como núcleo central o conjunto do que Marx chamou de trabalhadores produtivos para lembrar especialmente o capítulo VI (inédito), bem como inúmeras passagens de O Capital nas quais a ideia do trabalho produtiva é formulada, compreendendo os/as trabalhadores, os que são produtores de mais-valia; os que são pagos por capital-dinheiro; expressam uma forma de trabalho coletivo e social e realizam tanto trabalho material quanto imaterial. (antunes, 2020. P. 88)

Educação custa caro, tem objetivo curto, mas, principalmente, de longo prazo, indo depender de políticas, envolvendo principalmente sujeitos, sendo imprescindível, portanto, a valorização dos profissionais de educação, de maneira especial a educação básica, que está assegurada na Constituição Federal, para que se cumpra como direito de cidadania. Não basta oferecer ambientes e profissionais

para se alcançar os objetivos que são propostos pela Carta Magna, é preciso que eles sejam de qualidade.

De acordo com Vieira (2010, p. 88) é importante — relacionar o direito a aprender à capacidade do sistema de oferecer as condições indispensáveis a que tal direito se cumpra [...], mas que ocupa centralidade, nesse processo, o papel do educador.

A autora ainda complementa afirmando que:

A sociedade merece educação pública de qualidade, impossível de ser alcançada sem dedicação e profissionalismo. A dedicação, muitas vezes, supera muitos obstáculos. Mas o profissionalismo não depende da subjetividade, depende de condições objetivas: formação, carreira, jornada, salário, num ambiente de democracia, de organização pedagógica, de relações sistêmicas e socialmente articuladas (2010, p. 89).

A partir dessa necessidade, instituições como o MEC, o Consed, a Undime e a CNTE, é importante a mobilização da opinião pública, apoios no meio educacional, estudantil, acadêmico, sindical para que pressione o Poder Executivo e os parlamentares na luta pela valorização profissional, que no Brasil apresenta séculos de atraso. Uma vez que para Monlevade (2002, p. 188) será difícil ter uma educação básica de qualidade se:

- a) Persistirem as deficiências da formação inicial, tanto em nível médio como superior;
- b) Persistirem as médias e, principalmente os pisos salariais insuficientes para o sustento material e desenvolvimento intelectual do professor e de sua família;
- c) Persistir a prática do multi-emprego e da multi-jornada, que sobrecarrega o professor à preparação de suas aulas e avaliação permanente da aprendizagem dos seus alunos;
- d) Persistir a prática — entre os docentes de disciplina específicas — do atendimento concomitante a centenas de alunos, pela fragmentação curricular que os obriga a reger até mais de dez turmas por semana;
- e) Persistir a prática do — esvaziamento teórico do professor, que nem tem oportunidades de aperfeiçoamento, nem renova seu compromisso profissional BM formado e competente para garantir o essencial — que todos os seus alunos aprendam.

Apesar dessas questões já estarem diagnosticadas no PNE, é preciso fazer parte também das discussões dos professores e dos elaboradores do PNE, para que

encontrem caminhos de solução através de estratégias viáveis do ponto de vista pedagógico, administrativo, político e financeiro. É essencial o envolvimento dos líderes e das bases sindicais para viabilizar uma educação de qualidade para todos no Município.

Para Cardoso (2006, p. 209):

As mudanças relativas a mandados educacionais estão acopladas à transformação do papel social do Estado, a análise da educação tem de ser assistida pela análise sociológica das transformações sociais, políticas e econômicas correntes. A transformação e a ação foram capturadas pelo liberalismo econômico e político.

O desafio na elaboração e efetivação do Plano Nacional de Educação está em poder explicar tais mudanças, em que as discussões em relação aos objetivos a que se propõem resultam num maior ou menor grau caso não seja levada em consideração a análise do papel dessas mudanças nos processos de segregação social e na distribuição de recursos.

Nos dias atuais, confrontamo-nos ainda com esse processo, e mais importante ainda, com a necessidade de revisitar a crítica à insuficiência na democratização do acesso e participação, que foi fortemente articulada durante os anos 70. É preciso mobilizar conceitos, instrumentos e estratégias capazes de proporcionar mudanças para além das fronteiras dos estádios de desenvolvimento isolados o que facilitaria na análise de transformações correntes em continuidade com processos passados (CARDOSO, 2006).

No entanto, é preciso considerar que a mudança com transformações exige que se tomem em consideração os efeitos e as práticas que se acumularam nas várias camadas constituintes do Estado, as práticas sociais políticas, econômicas e educacionais, assim como formas renovadas de controle e de resistência (CARDOSO, 2006). O desafio está na compreensão desta transformação e seus benefícios no processo educacional, exigindo uma análise crítica de todas as questões que o envolvem.

2.2 O PAPEL DO SINDICALISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Os investimentos na área da educação não condizem com o papel

preponderante da escola como instituição responsável pelo exercício da aprendizagem, muito menos do Estado como mantenedor desse ambiente. Este fato deve ser levado em consideração no momento da elaboração das políticas educacionais.

No entendimento de Vale (2002, p. 95):

Daí por que mudar essa realidade implica que o Estado assuma de uma vez por todas a educação como coisa séria e importante para a população, mas significa também um amplo trabalho de educação na busca de um elevado nível de conscientização da população escolar e extra-escolar, caminho formativo para o exercício da cidadania. Nesse sentido, uma grande frente capaz de envolver as diversas esferas sociais, notadamente os segmentos escolares e a comunidade ao seu redor, faz-se necessária, em que certamente o Estado e o sindicato têm muito que ensinar e aprender, principalmente se considerarmos a escola o lugar por excelência para o exercício da aprendizagem.

Dessa forma, a escola é corresponsável pela consolidação dos meios de produção como coadjuvante das especializações no tocante à formação necessária para a nova realidade da economia-mundial capitalista.

Para Teodoro (2006, p.189):

Ao longo do século XIX, a escola é transformada num elemento central de homogeneização linguística e cultural, de invenção da cidadania nacional, em suma, de afirmação do Estado-Nação. Como não se cansam de sublinhar os autores que perfilam a perspectiva do sistema mundial moderno, a expansão da escola encontra-se intimamente ligada à construção dessa realidade imprescindível ao novo estágio da economia-mundial capitalista, o Estado-Nação.

É nesse setor que é essencial para o desenvolvimento de um povo e bem-estar de uma nação e mais precisamente os sindicatos que representam os professores, em especial o Estado de Pernambuco, onde a participação da categoria teve uma forte influência nas lutas de trabalhadores nos anos oitenta e na década seguinte, principalmente nos setores de servidores públicos: municipais, estaduais e federais, cuja palavra de ordem era — servidor unido jamais será vencido - e as reivindicações que também eram comuns e ainda continuam como palavras de ordem atuais, tais como: melhores salários, melhores condições de trabalho e, principalmente, plano de cargos e carreira e uma política salarial de valorização do

servidor público.

Movimentos estes que no início da década de oitenta tinham um efeito marcante, pois representavam outras bandeiras de lutas, como a atual situação política do país que vivia sob um regime autoritário (Ditadura Militar) a qual se encontrava em pleno processo de desgaste, devido às condições econômica e social em que se encontrava o país. Com uma recessão crescente, onde os indicadores socioeconômicos apontavam os baixos salários, desempregos em massa, tendo como consequência direta o aumento dos preços, notadamente em produtos básicos de consumo geral da população, e a inflação galopante que corroía o poder de compra e o achatamento salarial.

Foi nesse quadro de lutas que diversas categorias se organizaram em associações e logo em seguida fundaram os sindicatos, sendo que alguns no início não tinham amparo legal, devido à repressão que ainda existia. No caso dos servidores públicos, os próprios governantes não reconheciam como entidades representantes de classes, tomando medidas administrativas como não descontar na folha a contribuição sindical, e sim incentivando algumas associações ligadas diretamente ao governo, as quais eram denominadas pelos movimentos de vanguarda de pelegos onde não tinha papel de reivindicar, mas sim de propiciar assistencialismo.

Principalmente lazer nos fins de semana, as quais possuíam equipamentos, como quadra de esportes, piscinas e pistas de danças. O Centro dos Professores de Pernambuco é um exemplo de tais associações.

É possível observar que em longo período de movimentos trabalhistas, tende a um desgaste, sobretudo em uma população carente, cuja maioria sequer tem o primeiro grau completo, principalmente entre os jovens, diante das mudanças sociais.

No entendimento de Imbernón (2009, p. 9):

Uma evolução acelerada da sociedade em suas estruturas materiais, institucionais e formas de organização da convivência, modelos de família, de produção e de distribuição, que se refletem numa transformação das formas de viver, pensar, sentir e agir das novas e velhas gerações.

E principalmente quando o movimento é ligado direto à educação, onde na

realidade quem é mais afetada é a população, em que pese a total falta de compromisso por parte das autoridades, onde se repete a máxima: Governar com uma massa analfabeta é bem mais fácil e lucrativo.

Os próprios professores, muitos dos quais com jornadas de trabalho estafante, sem tempo para se reciclar e, às vezes, para dedicar-se o próprio lazer e convívio familiar, vivendo em condições tal qual a comunidade em que realiza seus ensinamentos sentindo na pele as mudanças que ocorrem no mundo, onde a globalização é fato real.

Salientando que as vertiginosas mudanças dos meios de comunicação de massa e da tecnologia subjacente, que foram acompanhadas de profundas transformações na vida pessoal e institucional, puseram em crise a transmissão do conhecimento de forma tradicional (textos, leituras etc.) e, portanto, também as instituições que se dedicam a isso (IMBERNÓN, 2009).

É importante que esses novos conhecimentos sejam compartilhados entre todas as camadas da sociedade, caso contrário provocarão angústia social, principalmente no segmento da educação onde a cobrança ao educador ultrapassa os limites do saber acadêmico, atribuindo-se a estes profissionais tarefas como: disciplinador e, muitas das vezes, transmissor de parte da educação doméstica, tarefa esta que, em qualquer sociedade moderna, ainda cabe aos pais. No entanto, isso constitui entraves ao processo educativo em sala de aula e ao desempenho profissional daqueles docentes que se preocupam e são comprometidos com a sociedade.

Nesse contexto é que se enquadra a participação sindical, tanto em relação às reivindicações de classe, no caso os sindicatos dos professores, ou dos trabalhadores em educação, sindicatos estes que têm uma militância mais abrangente, pois o seu quadro também é formado pelos funcionários dos estabelecimentos escolares que também participam do saber, formando com os professores o capital humano das escolas.

Pesquisadores franceses realizaram pesquisa entre os novos professores, Patrik Rayou Agnes Van Zanten (2004) e foi constatado que os novos não aderiam aos sindicatos, como ocorreu com os professores de décadas anteriores. Tentando entender as razões do fenômeno observado, os pesquisadores têm como explicação

a condição dos novos docentes, devido a idade, a posição no ciclo da vida e trabalho, como também a visão a partir do lugar que ocupam na profissão docente e no exercício laboral, tornando- os menos sensíveis às mudanças globais. Caso constatado por Tavares (2014, p. 17) em Portugal, junto aos docentes mais jovens, o que resulta em menor adesão ao sindicato — muitos professores deixavam de se considerar como educadores, mas como meros prestadores de serviço sem qualquer vínculo com a carreira docente, por isso sem perspectivas de futuro.

A era do individualismo sob a capa da automatização e liberdade individuais materializada nos diversos setores da atividade social visa precisamente ao desmonoramento do coletivo, à reivindicação e à indignação, para além de contribuir para o enfraquecimento e crise de valores que assentam precisamente no coletivo tal como a solidariedade e a luta por interesses comuns (TAVARES, 2014^a uma reformulação, p. 17).

A comunicação digital tornou-se um fenómeno disruptivo que transforma a economia em suas bases, ao tornar anacrônicas as próprias formas de pensar que funcionavam no capitalismo industrial. Essa nova lógica partia do comportamento social, associada a outras maneiras de adquirir e utilizar produtos e serviços. E obrigou a uma reformulação dos negócios, que fez desaparecer setores econômicos inteiros e forçou outros a se reinventarem (Guaracy, 2021).

Nesse aspecto, a participação dos sindicatos toma uma importância real para que haja mudanças no ensino-aprendizagem e uma gestão com participação democrática, em que pese ter passado meio século, desde que surgiram as primeiras propostas de democratização das relações na escola e a participação da comunidade.

Já se passaram 21 anos da implantação da Gestão Democrática como princípio constitucional válido para todas as escolas públicas do país, que em seu art. 206, diz que o ensino será ministrado seguindo alguns princípios e no item VI que — gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL. 1988, art., 206, VI).

Com a carta magna e os poderes constituídos, a sociedade civil passa a exercer controle sobre as atividades do estado, havendo um avanço na participação e cobranças por mudanças e melhoria na sociedade e principalmente à educação

escolar (BRASIL. 1988).

Para Garcia e Correia (2009, p. 226) outro avanço significativo na educação com vista a uma gestão democrática foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reafirmou a gestão democrática como princípio orientador na organização do trabalho em escolas públicas, mas transferiu a cada sistema de ensino a responsabilidade de instituir e legislar sobre a forma de participação da comunidade em conselhos de escola ou equivalentes (Art. 14). A participação de pais na definição da proposta educativa, segundo a lei, é um direito, e a participação dos professores, um dever. Ainda em relação à legislação, em que afirma o princípio constitucional que garante o

—pluralismo de idéias e concepções pedagógicas (Art. 2º).

Associando os artigos que se referem ao direito/dever de participação ao princípio que garante o pluralismo de idéias, podemos considerar que o projeto da escola, em termos legais, deve ser um produto local, construído no debate entre diferentes segmentos da comunidade escolar e sob a garantia do direito de expressão de diferentes idéias e concepções.

Entre esses debates fica evidenciada a participação dos setores organizados, sobretudo a organização sindical, mas onde essa participação é real? Até onde houve efeitos lógicos esperados? Os nossos profissionais de ensino possuem valores democráticos? Reconhecem a sua participação como agente primordial para as mudanças sociais, em que pese a necessidade de formar pela participação? Nesse contexto, o sindicato deve-se instituir como locus de debate sobre sua própria função, como entidade representativa?

2.3 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO ESCOLAR BASEADO EM PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

As desigualdades sociais, econômicas e culturais no Brasil são fatos que decorrem de uma sociedade capitalista em transformação denominada "era do conhecimento", isto porque o conhecimento é o fator principal da nova organização social e econômica mundial.

Estas mudanças são significativas para a sociedade e afetam principalmente a escola, pois sua função social sofre alterações, onde as novas tendências sociais,

econômicas, tecnológicas, etc. passam a exigir da escola novas atribuições.

É com o pensamento nessas alterações que a democratização da escola é um desafio que há muito se vem tentando alcançar, devendo ser enfrentado com determinação, comprometimento e competência para que não seja desperdiçado mais um século de lutas sem resultados. Para isso, torna-se necessária a construção de uma escola democrática, plural e com qualidade social.

O entendimento de gestão participativa pressupõe, em si, o trabalho associado de pessoas analisando situações, tomando decisões sobre o seu encaminhamento.

Para Lück (2006, p. 21) uma forma de conceituar gestão:

[...] é vê-la como um processo de mobilização da competência e a energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais.

Mas torna-se necessário, em primeiro lugar, haver uma mudança de mentalidade de todos os que compõem a comunidade escolar. Mudança que sugere deixar de lado o preconceito de que a escola pública é do Estado e não da comunidade. A gestão democrática escolar dá a entender que a comunidade e os integrantes da escola tornem-se os seus dirigentes e gestores, e não apenas meros receptores dos serviços educacionais na gestão democrática. É necessário numa gestão democrática que todos possam participar e assumir sua parte na elaboração do projeto da escola (RAMOS, 1994).

A gestão escolar se convencionou sobre o desenvolvimento de fundamentação teórico-metodológica específica, a partir de uma visão global dos problemas da educação e da escola, sobre o entendimento e da experiência em desenvolvimento na área. Sua orientação é para o aumento de escolas efetivas, capazes de gerar resultados significativos na formação de seus alunos (LÜCK, 2000).

Lück (2000, p. 7) apresenta um conceito que sintetiza alguns objetivos sobre gestão escolar:

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para

garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento. Por efetiva, entende-se, pois, a realização de objetivos avançados, de acordo com as novas necessidades de transformação socioeconômica e cultural, mediante a dinamização da competência humana, sinergicamente organizada.

O aprendizado se torna mais fácil quando o aluno se torna sujeito da sua aprendizagem. E para que isso aconteça, ele precisa tomar parte das decisões que articulam a respeito do projeto da escola que faz parte também do seu plano de vida. Boa parte de seu tempo é passado na escola, para serem meros clientes dela. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico (MACHADO, 2001).

Conforme Lück (2000), a gestão democrática é demonstrada pela atmosfera vivida na escola, na circulação das informações, no procedimento para elaboração e concepção de novas ideias e na formação de grupos de trabalho, como também na capacitação de recursos humanos, etc.

Abich (1998, p. 113), em sua dissertação de mestrado, ressalta a importância nesse processo da organização dos professores na sua entidade sindical e a luta por uma educação com gestão escolar e relações educacionais democráticas e não excludentes socialmente.

De acordo com Paro (1997, p. 50) é preciso, contudo, ter consciência de que a gestão democrática é uma ação sempre inacabada e que os limites são enormes. Esses limites se encontram:

a) Nas próprias pessoas, com pequena experiência de democracia; b) na mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de governar e considera o povo incapaz de exercer o governo de qualquer coisa; c) na própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical; d) no autoritarismo que impregnou nossos *ethos* educacional; e) no tipo de liderança que tradicionalmente domina nossa atividade política.

Enfim, a gestão democrática apóia em alguns princípios: a) desenvolvimento de uma consciência crítica; b) envolvimento das pessoas; c) participação e cooperação e autonomia (PARO, 1997, p.50).

É importante destacar que a democratização efetiva da educação é promovida não apenas pela democratização da gestão da educação, conforme definido pela

Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/06). O fundamental dessa democratização é o processo educacional e o ambiente escolar serem marcados pela mais alta qualidade, a fim de que todos os que buscam a educação desenvolvam os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para que possam participar de modo efetivo e consciente, da construção do tecido da sociedade, com qualidade de vida e desenvolvendo condições para o exercício da cidadania (LÜCK, 2006).

Ressalta-se, no entanto, que um modelo de gestão democrática não significa a garantia de qualidade na educação de uma escola ou sistema educacional. Logo, quando o tema é gestão não há fórmulas prontas, nem a figura dos gestores perfeitos. A dificuldade que enfrenta a realidade educacional busca por um trabalho coletivo, uma atitude de corresponsabilidade, de construção do todo, numa perspectiva de união solidária, baseada no diálogo.

Para Libâneo (2004) em seu sentido pleno, a participação numa gestão democrática caracteriza-se por uma força de ação consciente pelas quais os componentes de uma unidade social conhecem e adotam seu poder de exercer influência nas decisões dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse que resulte de sua capacidade e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que interferem no desenvolvimento escolar. No entanto, a participação só ocorrerá na medida em que as pessoas às quais se destinam os serviços prestados participem, cada vez mais, das decisões.

Ciseski e Romão (2005) destacam o conselho escolar como organismo de participação e envolvimento de todos que compõem a escola. Trata-se de um colegiado formado por professores, diretor, pais e demais funcionários. É uma instância de discussão, negociação e decisão onde a hierarquia dos cargos é substituída pela representatividade de interesses dos diferentes segmentos da escola. É importante ressaltar que ninguém passa a ter autoridade maior por fazer parte do conselho, todos têm o mesmo direito de voto. Além disso, é assegurado por votação paritária, o direito de todos decidirem, reformularem, acompanharem, avaliarem e responderem coletivamente sobre o processo e os resultados da construção do projeto político pedagógico da escola.

Silva Júnior (2002) também considera o Conselho de Escola como um valioso

instrumento na implantação da autonomia da escola. Entretanto, censura afirmando que, na maioria dos casos, o Conselho é caracterizado por uma cultura burocrática, seus componentes são pouco representativos, o Conselho não tem praticamente nenhuma atração e acaba sendo utilizado de maneira autoritária, disfarçado de democrático.

É importante incentivar a participação no Conselho Escolar, pois é o fórum ideal para definir rumos, uma vez que é nesses encontros que é debatida a aplicação dos recursos financeiros, a compra de materiais pedagógicos e as estratégias adequadas para a superação dos mais variados problemas relacionados com o dia a dia da instituição.

Quando o Conselho Escolar é bem estruturado, ajuda o gestor a definir a personalidade da escola. Os conselheiros passam a ser verdadeiros parceiros na tomada de decisões para a melhoria da qualidade do ensino, tornando a gestão mais democrática.

Dessa forma, as atribuições dos conselhos têm sido vistas pelos sindicatos dos professores como políticas para desonerar o Estado e o município de sua obrigação com as áreas sociais; iniciativas para privatizar a educação por meio da transferência de suas responsabilidades, no tocante a tomadas de decisões internas, na busca por autonomia escolar. Fato que, se concretizado, poderá contribuir para a efetivação de algumas das reivindicações dos associados pela busca de um ambiente em que seja possível a realização do ensino-aprendizagem de qualidade, além de contribuir para ajudar na construção de agendas de políticas públicas que possam beneficiar tanto os professores quanto os educandos neste processo de escolarização.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza básica, de caráter descritivo e abordagem qualitativa e quantitativa e foi desenvolvida no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE).

De acordo com o Richardson (2010, p.71), os estudos de natureza descritiva propõem-se investigar o que é, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica: no presente estudo compreender de que maneira e em quais circunstâncias o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE) vem atuando como agente de mobilização coletiva em prol da educação.

Em uma abordagem qualitativa, conforme Silveira e Córdova (2009, p.320): a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Em relação a abordagem quantitativa, Fonseca (2002) esclarece que os resultados podem ser quantificados, centrando-se na objetividade.

Dessa forma, o presente estudo utilizou a pesquisa quali-quantitativa, que é a combinação das abordagens quantitativas e qualitativas. Apesar de serem estudadas separadas possibilitam um cruzamento muito maior dos dados. De acordo com Gatti (2004, p. 26) a coerência e viabilidade da pesquisa quali-quantitativa na área educacional, possibilita desmistificar representações, preconceitos — achômetros -, sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing.

Gate (2004) complementa que as duas abordagens podem ser complementares ao afirmar que a pesquisa quantitativa se traduz por números podendo ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco - SINTEPE distribuído em 06 subsedes localizadas nas cidades de: Araripina, Nazaré, Floresta, Limoeiro, Palmares e Caruaru. O SINTEPE possui 30.000 associados entre professores e funcionários da educação.

O SINTEPE está pautado numa concepção classista, engajado nas lutas mais amplas da sociedade, comprometido com as bandeiras defendidas pela CUT e pela CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

No universo de sindicalizados espalhados no estado aplicou-se o questionário a 20 professores lotados em cada uma das subsedes do SINTEPE, perfazendo um total de 120 filiados entre professores, diretores e ex-diretores. Foi aplicado também 06 (seis) questionários com os dirigentes de cada subsele totalizando 126 participantes. A seleção foi aleatória, levando-se em consideração a disponibilidade em participar voluntariamente da pesquisa e concordar em assinar o termo de Livre Esclarecimento, embora não houvesse critério específico para a participação. Vale destacar que foi apresentado a todos os participantes os objetivos da pesquisa, e foi solicitado que os sujeitos assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo III) A coleta de dados ocorreu de forma presencial e os termos foram assinados no próprio sindicato seguindo todo protocolo.

A Tabela 1, apresenta a idade e identificação profissional dos diretores sindicais, que estão representados pela letra — DSII seguido de um número arábico, a fim de facilitar a apresentação dos resultados e manter o anonimato dos entrevistados.

Observa-se que, como foi registrado através da entrevista aplicada aos diretores, o tempo de formação profissional é acima de seis anos de experiência no cargo.

Tabela 1 - Distribuição tabular da idade e identificação profissional dos diretores sindicais

Diretor Sindical	Idade	Formação Acadêmica	Tempo de Função
DS1	75 anos	Graduação	30 anos
DS2	61 anos	Graduação	12 anos
DS3	53 anos	Graduação	33 anos
DS4	54 anos	Graduação	12 anos
DS5	59 anos	Pós-graduação	23 anos
DS6	47 anos	Mestrado	14 anos

Fonte: Autoria própria (2022).

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para alcançar os objetivos propostos foi utilizado como instrumento de coleta de dados e levantamento das informações a aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas a fim de mapear, dentro de uma abordagem qualitativa e quantitativa, o perfil e visão dos participantes do SINTEPE e da função do sindicato em relação ao papel do educador no estado de Pernambuco.

A escolha da utilização do questionário como instrumento de coleta de dados se deu por não manter o contato direto com o participante, deixando-os mais à vontade para responder a problemática.

O questionário foi aplicado de maneira objetiva com o seguimento de instruções, que tornaram claros os propósitos do emprego desse instrumento para coleta de dados e a importância da cooperação dos participantes. Foi constituído por um conjunto de perguntas organizadas para serem respondidas livremente. A aplicação do questionário foi feita pelo pesquisador, com duração máxima de uma hora, composta de 10 perguntas, para isso, foi usado papel e caneta, fornecidos pelo pesquisador.

A realização da pesquisa de campo foi realizada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa e assinatura dos termos de consentimento pelos participantes.

Como o atendimento no SINTEPE, já estava sendo realizada de forma presencial a aplicação do questionário foi de forma individual no próprio sindicato e suas subsedes, seguindo todo protocolo de medidas de proteção determinado pela Secretaria da Saúde, conforme consta no item 2.10, após a liberação do comitê de Ética em pesquisa.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A partir dos dados coletados através dos questionários, foram utilizados os programas de Word e Excel, foi procedida a análise de cada questão, onde as respostas foram agrupadas, tabuladas em planilha e a partir dessa tabulação foram construídos os gráficos com os resultados apresentados em percentual para melhor visualizar os resultados obtidos na coleta de informações, permitindo também a análise crítica para a construção de significados.

As tabelas que foram utilizadas segundo Gil (2010), é um quadro que resume de forma mais simples um conjunto de observações. Enquanto os gráficos são formas de apresentação dos dados, os mesmos devem apresentar título e escala, o seu objetivo é produzir uma impressão mais rápida e viva do fenômeno em estudo.

Além disso, esses dados foram confrontados com a teoria levantada durante a elaboração do referencial teórico. Destaca-se ainda que, a partir dos dados qualitativos, foram realizadas transcrições e, assim, produziu-se um texto descritivo e interpretativo, para compreender as concepções dos sujeitos da pesquisa a respeito do tema estudado.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda (FACOTUR), e teve a aprovação através do parecer número 5.735.285.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM DIRETORES SINDICAIS

4.1.1 Identificação pessoal e profissional dos diretores sindicais entrevistados

No universo pesquisado, a predominância é de professores do gênero feminino com 67% dos entrevistados e 33% masculino, conforme Quadro 1. Apresentando um número maior de mulheres entre os professores e, consequentemente, sua predominância na área educacional.

Quadro 1. Distribuição dos diretores sindicais do Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE por gênero.

Variável		Freq.	%
Q1. Gênero	Masculino	02	33,0
	Feminino	04	67,0

Fonte: Autoria própria (2022).

4.1.2 Opinião sobre as lutas que foram desenvolvidas pelo sindicato

Formação discursiva da entrevista realizada com os diretores sindicais sobre as lutas sindicais ao longo do tempo é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2. Distribuição da formação discursiva sobre as lutas sindicais do Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE ao longo dos anos.

FD: lutas sindicais ao longo do tempo	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos(ED)
DS1	—(...) Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE foi fundado em 1990, oriundo das associações existentes que apesar de não terem legitimidade eram bastante atuantes. A 1a greve em 1979 foi promovida pela APENOPE (...) .

DS2	"(...) Importantíssima para a organização da categoria, bem como pela valorização, melhores condições de trabalho e a luta por salários e profissionalização. (...)" "(...) Como etapas do processo que visa alcançar a plenitude dos direitos que ainda precisa ser consolidado pela categoria. . (...)"
DS3	"(...) A educação é sempre um tema a ser melhorado, assim, a cada ano, a pauta dos educadores se renova. Como estamos num lugar político estratégico para o desenvolvimento do país, o sindicato tem tentado alterar o atual quadro de pouco investimento neste setor, o SINTEPE faz o esforço de pôr em pauta tema tão relevante que é a educação. (...)"
DS4	"(...) árduas, porém com algumas conquistas significativas. a luta é contínua. Estamos sempre vigilantes para que as conquistas sejam efetivadas na prática. (...)" "(...) O sindicato investiu bastante na mobilização da categoria desde o início da década de 80, o que resultou em várias conquistas para os trabalhadores, mas sofre hoje com o descaso da luta social, e com os efeitos do ideário neoliberal na consciência dos trabalhadores. (...)"
DS5	"(...) As lutas foram importantíssimas e imprescindíveis para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, para a democratização da educação e para a construção de uma educação pública de qualidade. (...)II. "(...) Pautadas no direito e democracia (...)II.
DS6	"(...) Nos anos 90 ação de resistência ao projeto neoliberal foi intensa, as décadas dos anos 2000, avançamos em conquistas históricas 2001 Lei do PNE, 2004 recursos para formação continuada para os funcionários de escola (Pro-funcionário); 2007 Lei do FUNDEB; 2008 Lei do piso do Magistério; 2009 Lei 12.014 e DC nº 59 2010 - DONAE. (...)"

Fonte: Autoria própria (2022).

No discurso dos professores, percebe-se uma falta de entrosamento no que diz respeito às propostas que deveriam ser elaboradas por todos que compõem o ambiente escolar. No entanto, o DS5 resume bem o que representou as lutas sindicais ao longo dos anos ao afirmar sobre a importância do sindicato e as melhorias realizadas para as condições de ensino, necessárias e essenciais para

que se possa criar um ambiente que propicie uma efetiva aprendizagem, e isso nas escolas públicas deixa a desejar em vários quesitos, tanto em espaço físico como em formação profissional. Ferreira (2010) enfatiza um ideal de poder social para as classes menos favorecidas, na busca por uma nova configuração educacional, especialmente no que diz respeito às políticas de formação profissional. Em se tratando do Brasil, essas questões mais parecem ser — de vontade política do que no âmbito de recursos financeiros.

O Diretor Sindical acrescenta também que as lutas sindicais também foram e são importantes para o processo de democratização na educação. Principalmente adotando uma gestão onde todos possam participar, com elaboração de projetos e ações que venham a contribuir para o efetivo engajamento dos professores e participação efetiva dos estudantes. Ou seja, a gestão tem que ser atuante e participativa. E essa também é uma luta que vem sendo travada pelos sindicatos em prol dos professores associados.

Moura (2014, p. 278) acrescenta sobre as lutas que:

Sistematizar a história de lutas de uma categoria, apresentando suas dificuldades, conquistas e circunstâncias é uma contribuição relevante para aqueles que fizeram parte da construção, bem como para aqueles que se interessam pelo assunto.

Para o autor, essas lutas são importantes para as conquistas específicas da categoria e para a democratização da sociedade. Isso é o que leva a uma qualidade de educação como bem afirma o Diretor Sindical DS5.

4.1.3 Participação em reuniões realizadas pelo sindicato para soluções de problemas sindicais

As lutas realizadas pelos sindicatos exigem reuniões constantes na busca por soluções de problemas apresentados pelos associados. Quando questionados sobre o assunto, os diretores se posicionaram conforme se apresenta o Quadro 3.

Quadro 3. Distribuição da formação discursiva sobre a participação dos dirigentes nas reuniões sindicais realizadas pelo Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE ao longo dos anos.

FD: Participação em reuniões sindicais	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) As atividades realizadas pelo sindicato tem o objetivo informativo e de formação; assembleia – plenárias – conferências e congressos a adesão é proveniente da consciência política, em fortalecer a luta. (...)II.
DS2	"(...) São espaços plurais, que buscam alternativas viáveis pra atender melhorias da categoria, bem como, não podemos deixar de considerar como espaços de monásticos e de conflitos. (...)"
DS3	"(...) Positivas e esclarecedoras tendo uma boa aceitação dos professores e professoras. (...)"
DS4	"(...) Importantes pra intermediar os impasses e construir alternativas. No entanto, nem sempre as sugestões apresentadas são aceitas pelos Governos. (...)".
DS5	"(...) Sempre produtivas, já que os debates giram em torno de argumentação respaldadas em dados reais e comprovados. Os trabalhadores participam através das mobilizações via cartazes, celular, jornais e rádios. (...)"
DS6	"(...) Ainda como a Categoria profissional que mais mobiliza professores nas reuniões e assembléias, mas acho que poderia ser melhor devido ao tamanho da nossa base. (...)"

Fonte: Autoria própria (2022).

Por se tratar de evento que tem por finalidade discutir os mais variados temas que auxiliam a categoria na sua vida pessoal e trabalhista, é importante que o dirigente sindical esteja sempre presente e atuante, mesmo que as sugestões apresentadas não sejam aceitas pelos Governos, é fundamental também que haja a participação dos trabalhadores. São eventos que devem ser devidamente administrados pelos diretores e que tenham competência para atuar no campo do

controle social, participando dos mais variados Conselhos. De acordo com Oliveira (2019) em sua pesquisa sobre Sindicalismo docente, uma atuação sindical deve buscar a ampliação do nível de participação de sua base, e para tanto as ações estratégicas devem passar necessariamente por uma boa proposta de comunicação sindical através das reuniões que são realizadas pelos dirigentes, e uma correta comunicação para divulgação do que foi discutido e resolvido para que se possam ter resultados mais efetivos.

Nesse sentido, vários assuntos são debatidos durante as reuniões sindicais, onde deve ter o engajamento de todos na luta por qualidade trabalho, de ensino e, conseqüentemente, de melhores condições sociais, os quais são agentes importantes que direcionarão suas ações no sentido de que as relações no contexto escolar sejam saudáveis e promovam o desenvolvimento através de suas organizações (Sindicatos e Associações).

De acordo com Rosso, Cruz e Rêses (2011, p. 4):

A reunião de trabalhadores sob uma mesma empresa, segundo a teoria marxista, produz o efeito de *co-operação* que, por um lado, propicia formas mais elevadas de divisão do trabalho e extração de mais-valia, e que, por outro, contribui para a geração de consciência e a criação de organização de autoproteção.

Ou seja, as reuniões sindicais são uma forma de proteger e reivindicar os interesses dos associados, assim é importante que os dirigentes estejam sempre presentes e tenham o conhecimento de todas as questões que envolvem esses assuntos.

Borges e Lemos (2009, p. 17) complementam que os professores buscam com o associativismo aos sindicatos ter — a defesa econômica dos professores mediante a defesa dos seus interesses materiais, sem desconsiderar a defesa das condições de trabalho e a importância da qualidade do ensino.

4.1.4 Opinião sobre as greves como sendo uma forma de reivindicar melhorias das condições de trabalho e ensino dos docentes

Ao longo do tempo, várias reivindicações foram feitas pelos professores através do sindicato da classe. Mas que em sua totalidade as reivindicações não

foram alcançadas após um período de greve por parte dos profissionais. Quando questionados sobre a utilização da greve como recurso para alcançar as exigências, os diretores se posicionaram conforme apresenta o Quadro 4.

Quadro 4. Distribuição da formação discursiva sobre a greve realizada pelo Sindicato dos trabalhadores/as em Educação - SINTEPE ao longo dos anos como forma de reivindicar melhorias

FD: A utilização da greve nas reivindicações	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) A greve é a última instância para garantir os direitos conquistados e novas conquistas. Condições de trabalho, com dignidade para docente e discente. (...)II.
DS2	"(...) Não vejo dessa forma, vejo a greve como última instância para reivindicações não só por melhoria de condições trabalho, como salarial também, mais as negociações são permitidas. (...)"
DS3	"(...) A greve é a última ferramenta a ser utilizada pelos trabalhadores para conseguir os seus direitos. Quando é necessário a categoria dos professores faz uso da greve. (...)"
DS4	"(...) Cada estratégia de luta deve ser avaliada em conformidade com a conjuntura. A greve sempre deve ser a última opção, quando as negociações estiverem em um impasse. (...)"
DS5	"(...) O sindicato tem diversas estratégias de luta. A greve é apenas uma delas. Além da greve existem os debates, mobilizações, atos públicos. (...)".
DS6	A greve também, mas a mobilização continua através das plenárias regionais, nos debates, nos seminários. E outras ações realizadas pelo sindicato. (...)"

Fonte: Autoria própria (2022).

Os dirigentes sindicais se posicionaram sobre várias questões que envolvem o processo de negociação, colocando a greve como mais um dos recursos que contribui para que as reivindicações sejam alcançadas. Como bem posiciona DS1 — a greve é a última instância para garantir os direitos conquistados e novas conquistas. Porém, há uma grande resistência das professoras do ensino

fundamental, as quais são maioria. Devido sobretudo as pressões dos pais e também ao convívio com essas crianças, criando uma relação maternal. Outro ponto crucial, é a imprensa que noticia de uma forma exagerada, colocando os pais, na sua grande maioria, contra o movimento grevista. Segundo Anderson(2021), no seu livro, Trabalhadoras da Construção Naval no Complexo de Suape, ele desenvolve uma análise a partir de dados empíricos, fazendo uso de conceitos e abordagens extraídos do campo relacional, seja com base no pensamento de Bourdieu, de dominação e campo, seja através da reflexão trazida na ideia de relações sociais de sexo, diretamente colocada ou feita de forma implícita. Elementos que identificamos principalmente em Daniele Kergoat, Souza-Lobo e Saffioti, e onde pudemos confrontar com a realidade das mulheres pesquisadas (Cardozo, p,14).

De acordo com Lobato e Schalche (2010, p. 6)

A greve é regulada pela Lei nº 7.783/89. A legitimidade para propor greves é dos trabalhadores. No entanto, os trabalhadores não podem deflagrá-la diretamente, necessitando das associações sindicais — sindicato; federação e confederação (art. 8º, VI da CRFB). No entanto, na ausência destas, os empregados poderão constituir uma comissão de negociação, a fim de prosseguir à greve (art. 4º da Lei 7.783/89 c/c art. 617 da CLT).

Antes deste período de greve, é necessário haver a negociação e a entidade sindical deverá estar autorizada pela assembleia geral, e deve haver um aviso prévio com antecedência mínima de 48 horas, como também durante este período é vedada a rescisão de contrato de trabalho.

Existem também limites para os grevistas, como forma de controlar os abusos cometidos do direito à greve. Trata-se, portanto, de um processo que está devidamente amparado por lei, mas que as instituições sindicais só a utilizam como última instância para solução de impasses da categoria profissional.

4.1.5 O piso salarial condizente com a profissão

Sempre existiu por parte dos profissionais da educação reivindicações sobre o valor do piso salarial da categoria, como sendo inadequado e injusto. Sobre o assunto os diretoresse posicionaram conforme o Quadro 5.

Quadro 5. Distribuição da Formação discursiva sobre o piso salarial do profissional da educação do Governo do Estado de Pernambuco-PE

FD: Piso salarial condizente com a profissão	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) A questão do piso salarial seria a forma de resgatar as perdas salariais. O piso, não seria a valorização, porém um meio através da carreira e jornada de trabalho. (...)II.
DS2	"(...) Na minha avaliação o piso salarial atual não representa o reconhecimento profissional, nem uma valorização, pois coloca o profissional da educação no mais baixo patamar das profissões que exigem a mesma escolaridade. (...)"
DS3	"(...) O piso salarial nacional foi uma conquista histórica dos trabalhadores em educação do Brasil. Ele configura-se como um passo na luta pelo reconhecimento profissional. (...)"
DS4	"(...) Não, o piso salarial atual não é condizente com a importância social, política e econômica do professor. (...)".
DS5	"(...) Insuficiente e mal interpretado, às vezes visto como dado. Seria reconhecimento se não fosse deturpado com manobras, por exemplo, a incorporação de gratificações. O PS significará valorização quando for utilizado com um PCC bem construído. (...)"
DS6	"(...) Ainda não, pois ele não possibilita a exclusividade do vínculo empregatício. Além do mais o valor atual de R\$ 1.698,00 foi reduzindo por portarias interministeriais. Para a CNDE o valor R\$ 2.338,00 para professor de nível médio no início da carreira é o caminho correto. (...)"

Fonte: Autoria própria (2022).

As reivindicações dos educadores estão bem interpretadas pelas palavras do diretor sindical DS5 quando afirma que o piso salarial é insuficiente e não condiz com a importância do papel do professor para o desenvolvimento social do país, principalmente quando se utilizam de manobras incorporando gratificações ao invés de aumentar o piso da classe. É evidente que a articulação política tem demonstrado pouco desempenho junto à classe trabalhadora, uma vez que são

relegados padrões e recursos mínimos, seja pela comparação dos percentuais, seja pelo montante de valores reais gastos na educação básica pública.

No dia a dia escolar, são percebidas várias situações que levam à reflexão de que se os salários dos profissionais de educação tivessem o devido ajuste e reconhecimento pela sua importância no processo de desenvolvimento social poderiam ser minimizadas, tais como a apresentada por Chagas (2020) em seu artigo sobre o *Bullying* um fenômeno social, quando afirma que o cotidiano do professor é de muito estresse, visto que a maioria deles têm que se deslocar para lecionar em duas ou mais escolas, muitas vezes utilizando o precário transporte público, em contrapartida de baixíssimos salários, além de conviver com a falta de segurança na escola e sala de aula. Questões essas que os associados esperam que o sindicato lute pela mudança.

Vieira (2010, p. 9) em seu livro sobre Piso Salarial Nacional dos Educadores, dois séculos de atraso, afirma que — evidentemente, todas as lutas por reconhecimento profissional se dão em contextos históricos que apresentam seus condicionantes, e não seria diferente em relação aos educadores.

Complementa ainda que:

A proposta de piso não exclui conflitos. Ao contrário: expõe os problemas que se acumularam em virtude de fatores históricos e, também, conjunturais. De qualquer modo, há uma compreensão muito próxima, entre vários atores sociais incluídos no debate, sobre a necessidade de profissionalismo dos educadores brasileiros para que se encontre em condições de responder aos imensos desafios apresentados atualmente, para a educação pública (VIEIRA, 2010, p.62).

Para tanto, é necessário haver um referencial de reconhecimento profissional e um patamar de valorização salarial semelhante a tantas outras profissões já obtidos por diversas categorias. Portanto, a questão do mérito implica no reconhecimento da profissão.

4.1.6 Posição do sindicato em relação ao piso salarial

Como aprofundamento da questão, procurou-se saber a posição do sindicato

em relação ao piso salarial como apresenta o Quadro 6.

Quadro 6. Distribuição da Formação discursiva sobre posição do sindicato sobre o piso salarial dos professores da Rede Estadual de Ensino do Governo do Estado de Pernambuco

FD: Posição do sindicato sobre o piso salarial	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) Avalio como uma conquista na sua essência, porém as mobilizações dos governadores junto ao MEC, tem maquiado o verdadeiro percentual do índice custo aluno. Em Pernambuco, houve prejuízo, de vez que o Governador incorporou as gratificações: quinquênio e magistério, e diz que está pagando o piso. —Valor estipulado por Leill. (...)II.
DS2	"(...) O Sintepe, ou melhor, o movimento sindical tem deixado muito claro seu posicionamento e suas investidas contrárias a situação que está posta, mobilizando e denunciando. (...)"
DS3	"(...) A posição do sindicalismo nacional é que o piso seja o indicado do DIEESE. (...)"
DS4	"(...) A descrição acima. Defendendo a aplicação da Lei como foi aprovada. O que coloca o valor do piso para R\$ 2.338,00. (...)"
DS5	"(...) O sindicato defende os valores divulgados pela CUT, seu reajuste anual vinculado ao plano de cargos e carreira. Defende sua aplicação ampla, incluindo aula-atividade de 1:3 e as gratificações —por foral. (...)"
DS6	"(...) O sindicato defende em luta nacional, articulada com a CNTE, CUT e outras centrais sindicais um piso salarial equivalente as demais categorias com o mesmo nível de formação. (...)".

Fonte: Autoria própria (2022).

Sobre o assunto, os dirigentes DS5 e DS6 esclarecem e se posicionam de forma a esclarecer bem o que os associados buscam em suas lutas, fizeram referências à CUT, CNTE e outras centrais sindicais na busca por um piso salarial equivalente ao das demais categorias com o mesmo nível de formação. Essas instituições objetivam aproximar conceitos e estratégias para que as diferentes

visões e interesses de representação não impeçam o esforço comum pela aprovação de projetos que venham beneficiar a classe trabalhadora, e em tabela os que deles se favorecem. O que se sabe que não acontece na realidade.

Existem várias profissões no Brasil que apenas com o ensino médio o profissional recebe um salário bem acima dos profissionais da educação.

Diferentemente desses profissionais que precisam além de uma graduação é necessário buscar uma especialização e participar de constantes formações profissionais para que possam estar sempre em condições de oferecer uma educação de qualidade. Infelizmente, ainda existe essa diferenciação que é absurda, principalmente quando se trata de funcionários de prefeituras.

O piso salarial de R\$ 3.845,63 (três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) como coloca o dirigente DS9, ainda é muito abaixo com relação a outras categorias profissionais, não desmerecendo nenhuma outra, mas estas para existirem precisam passar pelas mãos do educador.

É necessário que haja um Plano de Carreira digno dos educadores públicos, não apenas no papel, mas no engajamento dos educadores com base na realidade municipal, valorizando a educação pela valorização de seus profissionais. Para Monlevade, (2002, p. 189):

O Plano de Carreira dos Profissionais da Educação deve-se constituir de algo não somente atrativo para os atuais e futuros trabalhadores, como motivador de permanente aperfeiçoamento na teoria e na prática que redundem em constante valorização.

É preciso haver mudanças não apenas porque são necessárias para o desenvolvimento da sociedade, mas também porque as situações se renovam em suas diversas camadas, cada qual com a sua lógica própria e respectiva orientação estratégica.

O que reforça a necessidade, portanto, de haver a valorização de todos os trabalhadores da escola, convertendo-os em verdadeiros profissionais da educação, identificados com a proposta pedagógica do município e de cada escola.

4.1.7 Ações para reinvidicar melhores condições de trabalho aos sindicalizados

Cientes de que para que seja oferecida uma educação de qualidade é necessário que sejam desenvolvidas ações que auxiliem os profissionais na forma de atuarem, oferecendo um ensino-aprendizagem com diferenciais significativos na formação de alunos críticos, quando questionados sobre o posicionamento do sindicato em relação a essas ações, os dirigentes se posicionaram conforme apresenta o Quadro 7 a seguir.

Quadro 7. Distribuição da Formação discursiva sobre ações desenvolvidas pelo sindicato dos trabalhadores/as em Educação – SINTEPE em prol dos sindicalizados.

FD: Ações desenvolvidas pelo sindicato	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) A principal atividade são os cursos de formação na ação. (...)II. "(...) Reuniões, Seminários, congressos, atos públicos, cursos, palestras. (...)"
DS2	"(...) O sindicato tem buscado fazer alianças com outros segmentos, como estudantes e pais, por entender que a luta por uma educação de qualidade, não é apenas dos trabalhadores da educação, mas da sociedade como um todo, para isso realizamos até assembléias públicas, seminários e debates. (...)"
DS3	"(...) Continuamos a mobilização com a negociação. Investimos no trabalho nas escolas e nos vários municípios de PE. Atuamos com destaque na luta nacional também. (...)" "(...) Negociação pautando as reivindicações construídas coletivamente (...)"
DS4	"(...) O Brasil tem que colocar como estratégico uma boa qualidade do ensino, e as condições de trabalho pesam significativamente no processo ensino aprendizagem. O sindicato tem proposta para ter um padrão de qualidade superior ao que temos hoje. (...)"

DS5	"(...) Além das mobilizações em atos públicos, importante tem sido o poder de argumentação dos dirigentes, os quais atualmente têm demonstrado muito conteúdo para defender a categoria, através de leitura, eventos, muito estudo! (...)"
DS6	"(...) A cada ano: 1. Reuniões nos locais de trabalho. Plenárias Regionais Assembléia Entrega pauta de reivindicação Negociações Agenda de atividade pública. (...)"

Fonte: Autoria própria (2022).

O diretor sindical DS2 apresenta questões que são relevantes tanto na luta pela categoria reivindicando seus direitos, como na busca por uma educação de qualidade, inserindo neste contexto uma gestão democrática quando afirma que o sindicato deve buscar alianças com outros segmentos. Sobre essa questão, Oliveira (2019) em seu estudo

sobre Sindicalismo Docente esclarece que a unificação com outros segmentos permite que haja uma caracterização e identidade ampla de trabalhadores em educação.

Diniz e Rocha (2018) em seu estudo Dos movimentos ao movimento oferecem sua contribuição ao afirmarem sobre a importância da participação ativa dos movimentos sociais, popular e sindical, associada às greves e às paralisações, e demais ações, contribuindo na luta e na defesa por uma educação pública com qualidade social e na luta pelos direitos dos trabalhadores da educação. É preciso que seja levado em consideração todos os aspectos subjetivos, pessoais, culturais, sociais e econômicos, não valorizando apenas números e produtividade, mas a qualidade dos resultados de forma a amenizar as disparidades sociais e preparar os alunos a se tornarem cidadãos.

Já o diretor sindical DS6 pontua as ações que são desenvolvidas ao longo do ano e que também são muito importantes para que a categoria alcance os objetivos que são propostos, e que são ferramentas que legitimam a luta dos sindicatos em prol dos trabalhadores para efetivação de seus direitos e pela legalização de seus ideais. Para Diniz e Rocha (2018), a manifestação pública é essencial para debates de temas importantes tais como discussões que vão desde a

reposição das perdas salariais, valorização do piso salarial, ao descaso com a infraestrutura das unidades escolares, e demais situações que envolvem o desenvolvimento das atividades laborais dos profissionais de educação.

Percebe-se, pois, tratar-se de dirigentes que buscam alternativas que possam contribuir para o reconhecimento da categoria como também para o alcance dos objetivos propostos e para que não haja perdas e o profissional não fique aquém das responsabilidades sociais dos educadores.

Vieira (2010, p. 66) oferece sua contribuição sobre o assunto quando afirma que tendo em vista o estabelecimento de crescentes exigências para a qualidade da educação, não se pode deixar de perseguir os objetivos que são pleiteados pelos educadores, seja em relação à formação profissional, seja em recursos didáticos e pedagógicos, seja sobre a estrutura da escola, e principalmente em relação aos salários, pois é fator de estímulo ao crescimento pessoal e profissional, como também é ele quem possibilita que se tenha qualidade de vida, essencial para a realização de um trabalho motivador.

4.1.8 O Plano Nacional de Educação (PNE) e os debates nos Sindicatos.

Os debates nos sindicatos são importantes, pois um dos objetivos do plano é a valorização dos profissionais de educação. Quando questionados sobre o assunto, os diretores se posicionaram conforme apresenta o Quadro 8.

Quadro 8. Distribuição da Formação discursiva sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e os debates nos sindicatos da categoria.

FD: O Plano Nacional de Educação e os debates nos Sindicatos	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) Através da nossa confederação a CNTE, temos participado de conferências e seminários objetivando aprofundamento do PNE. (...)II.
DS2	"(...) Claro que é uma discussão realizada juntamente com outros segmentos da sociedade civil na busca da construção de um plano que represente os interesses. (...)"

DS3	"(...) Sim. É necessário participar ativamente dos eventos relacionados ao PNE. (...) " "(...) Conferencias regionais e estaduais. (...) "
DS4	"(...) O Centro do PNE é o financiamento, ao mesmo tempo em que para ser aplicado requer mudanças na economia voltada para estrutura a educação. Aqui o embate é com os financistas que querem apenas lucro. (...) "
DS5	"(...) Foram muito os debates. Nossa base participou ativamente das conferências municipais e estaduais de educação, nas quais esse era o tema principal. Além de palestras, leituras e análises críticas do novo PNE, bem como de reunião com o fórum estadual de educação. (...) " "(...) O sindicato participa do FNE (Fórum Nac. de Educação) e do FEE (Fórum Estadual de Educação), tais instâncias discutem, elaboram e avaliam os planos, (...) ll.
DS6	"(...) O sindicato tem participado, com seus representantes, no fórum nacional de educação e nas lutas pela aprovação do PNE. Também integra o fórum estadual de educação e promovem debates nas vários municípios sobre o PNE. (...) " "(...) Sim, o sindicato tem procurado através de formas especiais debatero plano nacional de educação. (...) ll.

Fonte: Autoria própria (2022).

Observa-se pelos discursos dos diretores que existe a preocupação de estarem interagindo com os profissionais nas discussões que são realizadas nos eventos sobre o PNE. Para o Diretor Sindical DS5, ao participar ativamente das conferências municipais e estaduais de educação, palestras, leituras e análises críticas do novo PNE bem como de reunião com o fórum estadual de educação poderá contribuir para as reivindicações classistas.

Principalmente porque o PNE busca através da democratização da escola, que é um desafio que há muito vem se tentando alcançar, enfrentar com determinação, comprometimento e competência, o que pressupõe, em si, o trabalho associado de pessoas analisando situações, tomando decisões sobre o seu encaminhamento, promovendo a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos do trabalho, no caso, os objetivos educacionais, através dos vários meios disponíveis, tais como: Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar, reuniões com os pais e professores, além das ações que podem ser desenvolvidas com a verba

que é disponibilizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Para o diretor DS6, o sindicato tem participado, com seus representantes, no fórum nacional de educação e nas lutas pela aprovação do PNE, mas que a elevação da qualidade da educação não partirá da ação política do Estado é necessário também que as unidades escolares se fortaleçam nos seus objetivos e ações. Dessa forma, deve-se garantir por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Sistema nacional de Ensino (SNE) respeitando- se e levando-se em consideração as deliberações do Conselho Nacional de Educação (CONAE) condições para que as políticas educacionais possam ser concebidas e implementadas da forma articulada entre os sistema de ensino procurando promover ao estudante uma formação integral do ensino básico ao superior com qualidade (CONAE, 2013).

O Conselho Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE) tem a compreensão de que a qualidade da educação se apóia nos eixos — financiamento, valorização profissional, gestão democrática e avaliação institucional, essas questões devem ser devidamente discutidas para que a qualidade da educação não seja comprometida pela ineficiência de qualquer desses pontos que precisam estar sempre em discussão (CNTE, 2013, p.41).

Em relação ao financiamento, a proposta da CNTE consiste em resgatar o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira, a fim de alcançar, num determinado momento de vigência do Plano, o percentual determinado no período do PIB para a educação, e efetivar as ações que são propostas por cada secretaria, no entanto para que isso aconteça é necessário que haja o compromisso e cumprimento do governo no repasse desses valores (CNTE, 2013).

Em se tratando da valorização profissional, é preciso fazer valer as legislações que a garante, investir na institucionalização das Diretrizes de Carreira e da Política Nacional de Formação bem como na regulamentação do piso salarial condizente com a importância destes profissionais para a sociedade, conforme consta na Constituição Federal em seu art. 206, VIII (CNTE, 2013).

Percebe-se, pois, pela formação discursiva dos diretores sindicais, que existe uma preocupação em estar sempre procurando através de formas especiais

debaterem o plano nacional de educação.

4.1.9 Ações desenvolvidas pelo sindicato em relação à formação profissional

Como apresentado anteriormente, uma das preocupações do CNTE é a valorização profissional. Quando questionados sobre as ações que são desenvolvidas pelo sindicato em relação à formação profissional, os diretores se posicionaram conforme apresenta o quadro 9.

Quadro 9. Distribuição da Formação discursiva sobre as ações desenvolvidas pelo sindicato dos trabalhadores/as em Educação – SINTEPE em relação a formação profissional.

FD: Ações desenvolvidas pelo sindicato em relação a formação profissionais	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) Cursos de formação – abrangendo as regionais e municipais contribuído para formação de novas lideranças. (...)II. "(...) Além de está contido na pauta de reivindicações participamos do fórum permanente de formação dos docentes. (...)"
DS2	"(...) São realizadas palestras específicas de acordo com os interesses dos segmentos, conferências regionais e estaduais. (...)" (...) Participamos de fórum estadual de formação de professores para que a gestão seja com a base no curso de formação, coordenado pela CNTE, em todas as regiões de PE. (...)"
DS3	"(...) Reivindicar ao Governo, curso e capacitação continuada. Realização de cursos de formação entre outros. (...)"
DS4	"(...) Sim. Participando de todas as atividades, Sobre PNE, que a CNTE convoca. (...) "(...) Curso de formação com duração de 2 anos para aprofundar o conhecimento acerca dos desafios do movimento sindical e social. (...)"

DS5	"(...) Existe o curso de formação de CNTE, os quais fazem o repasse. O sindicato sempre promove debates, palestras. Seus membros sempre participam de congressos, conferências, fóruns, cursos de extensão. Alguns fazem especialização, mestrado, doutorado. (...)"
DS6	"(...) Reivindicação na Lei do piso da ampliação das aulas atividades, formação condizente com a necessidade dos(as) trabalhadores(as), convênio entre Estado e Universidades para cursos (Graduação, Mestrado, especialização) liberação para cursos, dentre outras. (...).

Fonte: Autoria própria (2022).

É importante desenvolver ações que possam motivar o profissional, cada vez mais, a oferecer uma educação de qualidade. Proporcionando salário digno, carreira atraente, jornada com hora-atividade e condições de trabalho, com atenção especial à saúde dos educadores.

O diretor DS2 pontua questões importantes para o desenvolvimento de ações que contribuam para formação profissional entre elas a realização de palestras específicas de acordo com os interesses dos segmentos, conferências regionais e estaduais. Visto que existe uma diversidade de atendimento aos estudantes espalhada por todas as escolas, seja para alunos com deficiência que precisem de um atendimento especializado, seja para escolas localizadas em zona rural e demais situações às quais o profissional precisa ter esse aporte através da participação em palestras, seminários e demais eventos que possam contribuir para um melhor atendimento ao público educacional. São ações que favorecerão aos profissionais condições de planejar suas aulas, com vistas a novas formas de intervenções no processo de ensino/aprendizagem.

O DS6 complementa afirmando que é preciso que o sindicato realize reivindicações para que haja ampliação das aulas atividades. Reforça o que foi pontuado pelo Diretor DS2 sobre uma formação condizente com a necessidade dos(as) trabalhadores(as).

Ressaltando a necessidade de haver convênio entre Estado e Universidades para cursos (Graduação, Mestrado, Especialização) liberação para cursos, dentre outras. No qual podemos citar a pesquisa realizada por Santos (2020), sobre Sujeitos e Estratégias de Aprendizagem no Ciclo de Alfabetização em que faz referência a

parceria de universidades para realização do PNAIC - um programa do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica que visa à alfabetização de crianças no primeiro ciclo, isto é, alfabetizar as crianças do 1º ao 3º ano Ensino Fundamental I. O que reforça a importância dos convênios e parcerias, para realização de projetos e formação profissional.

Neste contexto, é preciso considerar as palavras de Imbernón (2009) que:

A formação não é apenas aprender mais, inovar mais, mudar mais ou o que se quiser acrescentar; pode ser um movimento crítico a práticas trabalhistas como a hierarquia, o abuso de poder, a miséria econômica de muitos professores, o sexismo, a xenofobia, a proletarianização, o individualismo etc., e promover uma formação mais voltada a combater práticas sociais como exclusão, segregação, racismo, intolerância, etc. além da formação em típidos cursos sobre didáticas, sobre temas transversais, trata-se de gerar verdadeiros projetos de intervenção comunitária nos territórios (IMBERNÓN, 2009, p. 46).

Para que isso ocorra, no entanto, exige que haja políticas e instituições de formação próximas ao professorado, reunindo-se para estabelecer uma coerência nas políticas e na prática para poder oferecer ajuda e acompanhamento à formação mediante assessores com formação específica para que se possa oferecer ao professor devido conhecimento sobre todas as questões que envolvem um atendimento escolar com qualidade na sua totalidade, ou seja, na segurança alimentar e renda das famílias, saúde das crianças e jovens, combate às drogas, segurança nas escolas, dentre outras.

A luta por melhores condições de trabalho e saúde dos profissionais de educação deve abranger todos esses conhecimentos para que se possa ter melhor entendimento do ambiente onde está sendo realizada a sua atividade profissional e assim desenvolver com competência a sua função, pois saberá qual melhor estratégia de ensino se aplica àquela população específica.

Para Imbernón (2009) é importante que assim seja, visto que:

A formação profissional permanente deveria apoiar-se, criar cenários e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nos centros e nos territórios, de modo que lhes permita examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., potencializando um processo constante de autoavaliação do que se faz e analisando o porquê se faz

(IMBERNÓN, 2009, p. 47).

Conclui-se, pois, que a formação permanente do profissional deve estender-se ao terreno das capacidades, habilidades, emoções e atitudes, devendo-se questionar permanentemente os valores e os conceitos de cada professor e da equipe coletivamente para que se possa realmente alcançar uma educação de qualidade.

4.1.10 Contribuição do sindicato na melhoria do processo de ensino aprendizagem e na busca por efetivação de uma gestão democrática.

A contribuição dos diretores sindicais quanto às propostas para melhoria do processo de ensino nas escolas do Governo do estado de Pernambuco estão consolidadas no Quadro10 a seguir.

Quadro 10. Distribuição da Formação discursiva sobre contribuição do sindicato dos trabalhadores/as em Educação — SINTEPE na melhoria do processo de ensino aprendizagem e na busca por efetivação de uma gestão democrática na rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco.

FD: Contribuição do sindicato na melhoria do processo de ensino aprendizagem e na busca por efetivação de uma gestão democrática	
Identificação do Diretor Sindical	Excerto de Depoimentos (ED)
DS1	—(...) defendemos uma verdadeira gestão democrática através de debates e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, para que possamos concretizar a eleição direta para diretores. (...) .
DS2	"(...) Temos toda uma discussão atrelado a melhoria do processo de ensino aprendizagem, numa perspectiva democrática, com a participação dos professores na construção do projeto político pedagógico da escola, nos conselhos escolares, que em muitas escolas não existe essa participação.. (...)" "(...) Temos propostas e projetos que visam aprimorar a aprendizagem e a gestão. Difícil são os governos realmente concretizar esses projetos, muitas vezes pelo conflito de classe no estado brasileiro. (...)"

DS3	"(...) Reivindicações junto ao governo por uma melhor capacitação dos professores e por uma verdadeira gestão democrática dentro do sistema de ensino. (...)"
DS4	"(...) O sindicato sempre defende uma educação transformadora. Todas as suas ações são voltadas para esse fim: educação pública e de qualidade com valorização profissional. (...)"
DS5	"(...) Há décadas temos formulado propostas para melhoria da política educacional, entretanto o governo tem insistido em programas impróprios, formulados por setores impessoais e que em nada contribui para a melhoria da educação de forma pontual. (...)" "(...) Defesa intransigente da eleição direta para gestor escolar. Além disso, cursos de formação para os eleitos, defesa para democratização do ensino, da gestão e dos sistemas. (...).
DS6	"(...) O sindicato procura contribuir através de informações e vigilância da gestão democrática. (...) "(...) Denunciando as práticas antidemocráticas a falta de pessoal nas escolas e as precárias condições de trabalho. Reivindicando concurso público, melhores condições de trabalho e valorização profissional nos salários. Na carreira e nas condições de trabalho (...)"

Fonte: Autoria própria (2022).

Percebe-se pelos discursos dos diretores o porquê da dificuldade de se trabalhar a gestão democrática nas escolas. Não existe o real entendimento do que vem a ser gestão escolar democrática.

Nos últimos anos, percebe-se o crescimento no número de escolas nas quais o diretor é eleito de forma direta, através do voto da comunidade escolar.

Mas a questão da Gestão Democrática é muito mais ampla, pois envolve

inúmeros fatores, tais como: auto-avaliação, diálogo e a participação de alunos, professores e comunidade escolar na tomada de decisões que dizem respeito à escola.

Este novo modelo de gestão terá que ser mais flexível e dinâmico, se quiser atender às novas demandas educacionais. Ele deverá ter uma preocupação constante com o coletivo, diminuindo as distâncias entre escola e grupos sociais. No entanto, o processo de mudança é bastante lento e requer compromisso e vontade de inovar.

É importante ao gestor conduzir as ações da escola orientadas por uma visão global e abrangente do seu trabalho. Para tanto, é imprescindível que o mesmo conheça quais são os aspectos que, em conjunto, favorecem o desenvolvimento da escola e da qualidade de suas ações.

Sendo de fundamental importância a formação de gestores que sejam responsáveis e busquem a efetividade da escola, posto que estes são múltiplos, complexos e dinâmicos, sendo difícil generalizar a respeito e determinar com precisão o seu efetivo papel na qualidade do ensino, mas que os mesmos tenham interesse em conhecer e refletir sobre os indicadores que levem a qualidade de ensino eficaz ao desenvolvimento do aluno.

De acordo com Lück (2000) a gestão democrática é demonstrada pela atmosfera vivida na escola, na circulação das informações, no procedimento para elaboração e concepção de novas idéias e na formação de grupos de trabalho, como também na capacitação de recursos humanos, etc.

Mas para que isso aconteça é necessário que o gestor saiba compensar a falta de algumas competências administrativas com o auxílio de colaboradores que tenham outras capacidades que vão completar o trabalho coletivo.

Percebe-se que atribuir poderes é um dos requisitos de todo trabalho coletivo, pois capacitar, mediar e orientar são particularidades essenciais de um gestor (ou deveria ser!). O gestor deve destinar grande parte de seu tempo na interação com sua equipe.

Enfim, a gestão democrática apoia-se em alguns princípios: —a) desenvolvimento de uma consciência crítica; b) envolvimento das pessoas; e c) participação e cooperação e autonomia (PARO, 1997, p.50).

Nesse sentido, verifica-se que o desempenho eficaz de todos os profissionais acontecerá a partir de uma participação coletiva do fazer pedagógico e, não simplesmente, a partir da autoridade do diretor na tomada de decisões e aos demais funcionários, a execução das mesmas. Principalmente porque a escola tem a função social de transformar o indivíduo em um ser independente e crítico nas suas idéias.

Lück (2007, p. 35) complementa afirmando que:

Gestão democrática corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).

É preciso também considerar nesse processo de gestão democrática que o aprendizado se torna mais fácil quando o aluno se torna sujeito da sua aprendizagem. E para que isso aconteça, ele precisa tomar parte das decisões que articulam a respeito do projeto da escola que faz parte também do seu plano de vida. Boa parte de seu tempo é passado na escola, para serem meros clientes dela. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.

Conclui-se que não existe o real entendimento por parte dos diretores das escolas da concreta importância de uma gestão democrática, pois ela vai além de debates para o fortalecimento dos Conselhos Escolares, elaboração de projeto pedagógico apenas com a participação dos professores ou por mais formação profissional, trata-se de haver a participação de todos que fazem parte do contexto escolar juntamente com a comunidade que a cerca, ouvindo a todos na busca por soluções que levem a uma educação de qualidade. Trata-se de autonomia da escola para tomada de decisões que favoreçam o desenvolvimento das atividades, eliminando as burocracias que muitas vezes atrapalha a concretização de ações por mais simples que sejam.

4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES SINDICALIZADOS

A aplicação do questionário foi realizada com professores sindicalizados, totalizando 90 participantes, com idade, tempo de função e formação acadêmica, conforme apresenta Quadro 11 e Gráfico 1.

Quadro 11: Identificação dos professores sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE que participaram da pesquisa

Idade	20 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos
	6	26	46	42
Tempo de Função	01 a 10 anos	11 a 20 anos	21 a 30 anos	Acima de 30 anos
	26	58	29	07
Formação Acadêmica	Graduação	Especialização	Mestrado	
	67	47	06	

Fonte: Autoria própria (2022)

Gráfico 1: Formação acadêmica dos professores sindicalizados no sindicato dos trabalhadores/as em Educação – SINTEPE



Fonte: Autoria própria (2022)

Além dos dados apresentados no Quadro 11, foi percebido que existe um número maior de sindicalizados do sexo feminino (71) do que masculino (49).

Na análise das informações constante do Quadro 11 percebe-se que o número maior de professores sindicalizado tem idade igual ou superior aos 50 anos,

mas que o que tem mais tempo de função são de 11 a 20 anos de profissão docente, e o que mais surpreende é saber que não existe investimento por parte dos mesmos em realizar cursos de pós-graduação, seja para especialização seja para o mestrado, isso muitas vezes se deve pela falta de recursos financeiros próprio para essa formação.

É preciso considerar que o profissional de educação deve estar sempre se atualizando e acrescentando mais conhecimento profissional e os cursos de especialização, mestrado e doutorado, como também as formações profissionais são de grande importância para que haja maior desenvolvimento de suas competências e consequente qualidade de ensino. De acordo com o Gráfico 1 apenas 5% dos participantes da pesquisa tem a formação em mestrado, e com o maior percentual com 56% dos participantes tem apenas a graduação, formação mínima exigida para atuar como professor de ensino básico.

De acordo com Imbernón (2009, p. 34) em todos os países, em todos os textos oficiais, e todos os discursos, a formação permanente ou capacitação começa a ser assumida como fundamental para alcançar o sucesso nas reformas educativas. Dessa forma, não se pode pensar em reformas educacionais se não houver uma formação acadêmica adequada, principalmente para os profissionais que atuam diretamente com educação.

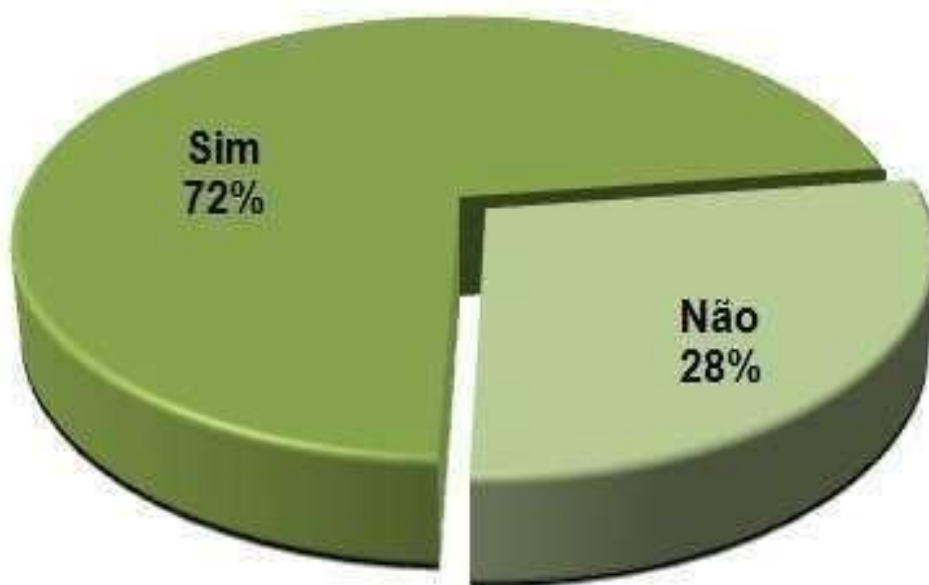
Para que o profissional possa investir em sua formação acadêmica é preciso que haja investimento pelos órgãos públicos competentes oferecendo o suporte necessário, visto que com os recursos próprios e salários baixos vão se tornando profissionais com uma visão antiquada em relação a novas tendências educacionais por não se atualizarem. Com uma economia desestabilizada os ganhos são insuficientes para que possa participar de cursos e eventos, devido aos altos custos que são cobrados, onde sempre existe uma taxa a ser paga para a sua realização.

Apesar do censo do INEP apresentado em 2012 constar que a maioria dos professores de educação pública tem doutorado e mestrado, os índices apresentados pela referida instituição são para professores que atuam na graduação, e como ficamos professores do ensino médio? Sem o devido apoio financeiro não poderão elevar o seu grau de formação (INEP, 2013). Resta, pois, haver maior atenção a esses profissionais.

4.2.1 Conhecimento das lutas que foram desenvolvidas pelo sindicato ao longo do tempo em prol dos trabalhadores da educação

Em se tratando das lutas sindicais realizadas ao longo do tempo, questionamos se os professores sindicalizados tinham o conhecimento de tudo o que acontecia nestes períodos. Os resultados são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Conhecimento dos profissionais sindicalizado no Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE sobre as lutas sindicais



Fonte: Autoria própria (2022)

Os direitos alcançados pelos associados estão atrelados ao seu acompanhamento e conhecimento de tudo o que acontece neste contexto, dessa forma é importante que os sindicalizados acompanhem sempre o que acontece para que possam opinar com propriedade sobre as lutas travadas em prol da melhoria da classe.

Tudo que acontece nos sindicatos é visto como movimentos sociais em prol de uma categoria, mesmo em se tratando de questões locais, é necessário que haja uma concepção universal como horizonte e não apenas o particular, nem tão pouco interesses imediatos.

De acordo com Gohn (2010, p. 12):

As ações coletivas que são movimentos sociais de fato tiveram e alterar suas práticas e reivindicações para não ficar à margem

da História, atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas — em casos raros, partiram para ações de resistência via desobediência civil.

Mesmo com o novo cenário, com a ampliação dos sujeitos, as alterações na forma de mobilização e na forma de atuação com a globalização que alarga as fronteiras com o uso das novas tecnologias e sua expansão com os meios de comunicação têm refletido na conjuntura sociopolítica em que atuam os movimentos sociais. Em vista desse progresso e entendimento das reivindicações atuais, é preciso que se tenha o conhecimento de todo o processo histórico dos movimentos sociais vividos pelos sindicatos. Criada a princípio como um compartilhamento de informação no ambiente acadêmico, a internet ampliou as possibilidades da liberdade e da globalização. Seu processo de aperfeiçoamento, com ampliação da rede, da capacidade de armazenamento, e por fim, da conectividade pelo smartphone, transformou a sociedade de forma profunda (Guaracy, 2021).

Outra questão muito importante além do conhecimento histórico sobre as lutas sindicais, antes de se entrar em quaisquer conflitos sociais, é ter o devido conhecimento do que vem a ser o movimento social, que para Gohn (2010, p. 14) trata-se de uma — expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que confirmam sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias. Todos esses elementos estão constantes nos sindicatos e devem ser devidamente administrados em suas práticas para que se manifestem os objetivos e resultados esperados.

4.2.2 Participação das reuniões realizadas pelo sindicato para soluções de problemas sindicais

Sabendo-se da necessidade de haver quorum mínimo para as tomadas de decisões nas reuniões sindicais, questionamos se os sindicalizados participavam das referidas reuniões como forma de fortalecer as reivindicações que são tratadas neste evento. Os participantes da pesquisa se posicionaram conforme apresenta o Gráfico 3.

Gráfico 3: Participação dos profissionais sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores/asem Educação – SINTEPE em reuniões sindicais



Fonte: Autoria própria (2022)

Percebe-se ser um percentual muito baixo (54%) dos que participam e um percentual muito elevado (46%) que não participa das reuniões conforme apresenta o Gráfico 3. As reuniões sindicais são de grande importância para o fortalecimento da base e das alianças entre todos que as compõem. É nesses eventos que o sindicato procura reunir a maior quantidade de associados para definir e esclarecer metas e alinhar ações sociais e políticas.

Para que o sindicato possa defender os direitos e interesses de todos os trabalhadores da educação, a participação dos mesmos nessas reuniões é uma forma de colocar a sua voz também em contexto com o desejo de todos. É nesses encontros que são discutidas melhorias para a categoria e ações unificadas, servem também para promover o fortalecimento dos ideais, dando voz às reivindicações da categoria.

Oliveira (2014 p. 221) em sua pesquisa sobre os sindicatos e as políticas de responsabilização docente —chama atenção o fato de que as novas gerações apresentam menor índice de sindicalizados e de participação nas atividades propostas pelo sindicato. Esta afirmativa do autor só reforça a necessidade de haver maior participação nas reuniões. É preciso tornar esses profissionais mais sensíveis às mudanças globais e ao impacto das contestações e disputa por mudanças.

E apesar da constituição inicial na organização do sindicato a partir de

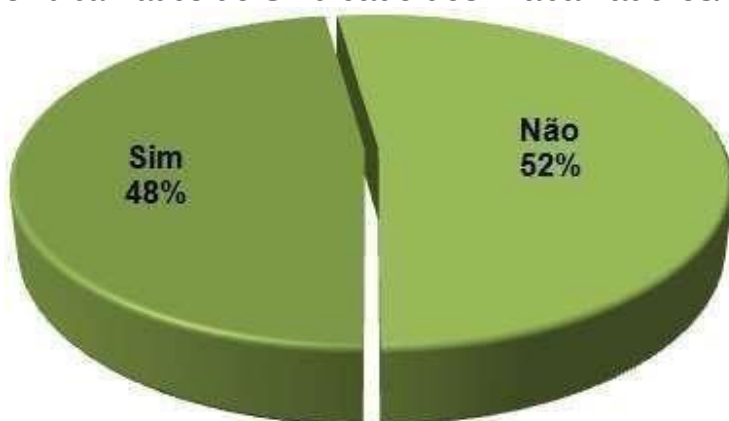
conflitos baseadas basicamente por questões salariais e de condições de trabalho, é preciso considerar que, apesar disso — permitiu o funcionamento do sistema e o desenvolvimento de um jogo que possibilitou a cooperação, e a transformação de conflito em um mecanismo que mede as relações de força, habilita a negociação e atualiza permanentemente o compromisso das partes (OLIVEIRA, 2014).

Oliveira (2014, p. 223) complementa que — cada negociação permite ao sindicato renovar suas credenciais de mediador e negociador das demandas da base e propicia aos governos instâncias de construção de consensos políticos. As reivindicações constantes de salários e condições de trabalho têm que ter a legitimação do sujeito coletivo e de que todos buscam um mesmo objetivo com renovação das expectativas e melhora presente e futura.

4.2.3 As greves como a melhor forma de reivindicar melhorias das condições de trabalho e ensino dos docentes

Quando questionados se as greves seriam a melhor forma de reivindicar melhorias das condições de trabalho e ensino dos docentes, os professores sindicalizados se posicionaram como apresenta o Gráfico 4.

Gráfico 4: As greves são vistas como melhor forma de reivindicação pelos sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE



Fonte: Autoria própria (2022)

Com o percentual de 52% para não é a melhor forma de reivindicar as melhorias de condições de trabalho e ensino dos docentes, mostra que existe sempre a esperança de que se tenha uma consciência natural de que mudanças,

qualidade de trabalho e salário são necessárias para que se tenha uma educação de qualidade. Limita a atuação. Percebe-se que a participação dos professores no sindicato apresenta uma ausência de consciência de classe, que certamente limita a atuação sindical, na medida em que tal consciência é necessária para o questionamento da ordem capitalista (Ribeiro, Maria Edilene da Silva, 2020, p. 89).

De Nascimento (1992, p.633) afirma que:

A greve exerce uma pressão necessária que leva à reconstrução do direito do trabalho quando as normas vigentes não atendem às exigências do grupo social. Força o empregador a fazer concessões que não faria de outro modo. Obriga o legislador a se manter vigilante e reformular a ordem jurídica. Logo, apesar dos seus inconvenientes, a greve é necessária e compatível com as estruturas capitalistas.

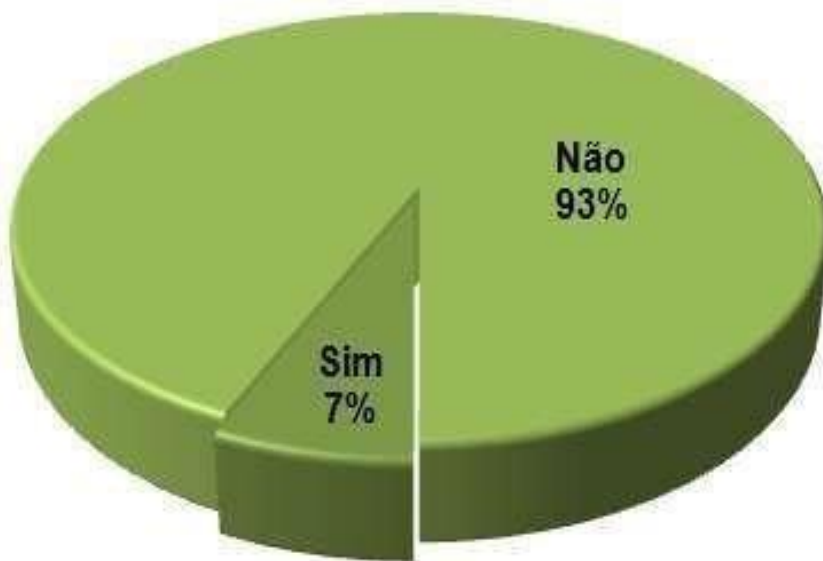
Como também está garantida em direito constitucional do cidadão brasileiro, sendo uma medida indispensável à sustentação da negociação coletiva, sendo importante que haja a garantia do equilíbrio de forças no desenrolar do processo de negociação, no momento de greve é preciso considerar que não pode causar prejuízos nem ao empregador, como também à sociedade, senão estariam ferindo o direito constitucional do outro.

É preciso ter a consciência da realização de ações com vistas à melhoria da qualidade da educação — adotando um sistema de metas e diretrizes pautadas nos sistemas de avaliação de desempenho e incentivos aos servidores (DUARTE; OLIVEIRA, 2014, p. 245).

4.2.4 Piso salarial atual configura um reconhecimento do profissional

Diante dos diversos problemas políticos e sociais em que vive o Brasil, questionamos se piso salarial atual configura um reconhecimento do profissional. Os professores participantes da pesquisa se posicionaram conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Os sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE consideram o Piso salarial atual como reconhecimento profissional



Fonte: Autoria própria (2022)

Com o percentual de 93%, percebe-se a insatisfação dos profissionais de educação com o piso salarial. Essa insatisfação é reforçada nas idéias de Vieira (2010, p. 64) quando afirma que o valor do piso salarial deve corresponder às necessidades que um profissional tem para realizar o seu trabalho, não no último ano de carreira, mas a partir do momento em que ingressa na profissão.

A autora (2010, p. 64) ainda complementa que o piso deve representar o *valor total*, isto é, não o somatório de recursos que incluem benefícios sociais, como vale-refeição, transporte e outros (grifo do autor). Isto porque muitas vezes para tentar enganar o cidadão o empregador coloca esses benefícios como se fizessem parte do seu salário. E assim as perdas durante as lutas para mudar a situação vão se acumulando ao longo dos anos, como também é preciso considerar que o piso salarial do professor não pode ficar aquém das responsabilidades sociais que os educadores têm, além de ser um fator de estímulo à profissionalização, independentemente da área de atuação.

Além do piso salarial, é preciso fazer valer novos patamares de valorização profissional, através de Planos de Carreira como um fator de estímulo ao crescimento pessoal e profissional que, de forma indireta, contribuem para que o educador esteja sempre se atualizando, uma vez que novas habilidades são adquiridas através da realização de cursos, seminários, publicações e outras atividades que enriquecem o

conhecimento e a competência profissional.

Dessa forma o incentivo de cargos e carreira é mais um modo de ajudar o professor a crescer profissionalmente e ao mesmo tempo aumentar o seu salário, pois, se este fosse digno, os educadores não estariam correndo de escola em escola para complementar suas finanças na busca por uma qualidade de vida.

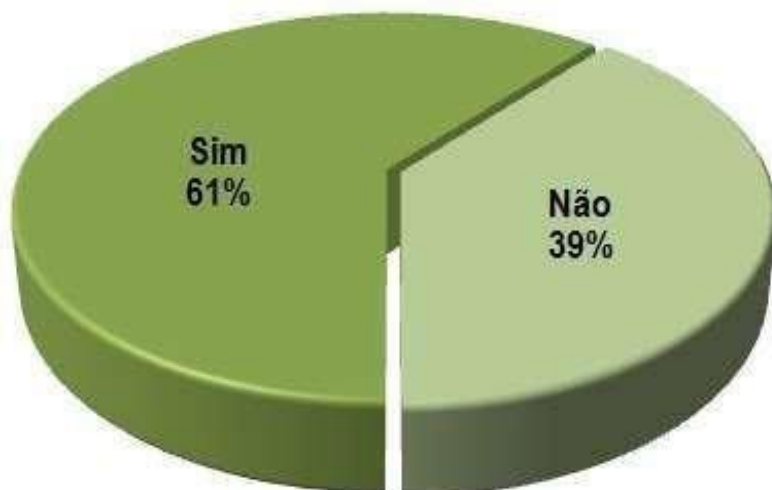
A dedicação a uma escola com um salário digno traria vários benefícios, entre eles o compromisso da escola com a comunidade.

Somente a dedicação exclusiva do profissional ao mesmo estabelecimento de ensino pode assegurar o maior conhecimento possível do ambiente local, tanto dos alunos, pais e responsáveis, quanto da realidade socioeconômica e cultural. A escola precisa ser referência para o seu entorno, não será, obviamente, com educadores — itinerantes — que se obterá alguma resposta (VIEIRA, 2010, p. 72).

É preciso, pois, pensar em salário digno aos seus profissionais com vistas a tornar a escola digna para a comunidade que a cerca. O Plano Nacional de Educação (PNE) e o debate do sindicato para a valorização dos profissionais de educação

Cientes de que o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como um dos objetivos a valorização dos profissionais de educação, procurou-se saber dos professores sindicalizados se existem debates constantes em reuniões sindicais sobre esta questão. Os participantes responderam conforme apresenta o Gráfico 6.

Gráfico 6: Debates dos sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação – SINTEPE sobre o Plano Nacional de Educação (PNE)



Fonte: Autoria própria (2022)

Apesar do percentual de 61% ser bom, é preciso verificar o porquê de 39% dos participantes da pesquisa acharem que não existem debates nas reuniões e lutas sindicais por valorização profissional, em que abrange, além de melhores condições para o exercício da profissão, a busca pela efetiva gestão democrática no ambiente escolar, o financiamento e a avaliação institucional, que conforme o CNTE (2013, p. 41), considera que o Plano Nacional de Educação deva focar políticas públicas que atendam a implementação desses requisitos, conforme as necessidades dos níveis, etapas e modalidades de ensino em cada região do País.

Nesse sentido, o sindicato deve estar sempre atento ao cumprimento das ações que são colocadas em pauta como objetivo no Plano Nacional da Educação para que não fique apenas no papel, mas sim que se cumpra tudo que é determinado por ele para os trabalhadores da classe.

Dessa forma, o percentual de 39% dos professores acharem que não existe debate sobre as questões que os envolvem é preocupante, pois todos os itens que dispõem o referido documento têm relevância nas situações diárias do ambiente escolar, não devendo deixar de considerar que são desafios que devem ser vencidos por todos que fazem parte desse cenário institucional.

O CNTE (2013, p. 42) expõe sua preocupação quando afirma que:

O grande desafio do próximo PNE, a nosso ver, constará da disposição do Estado brasileiro em radicalizar a gestão democrática da educação pública nos níveis básico e superior. Eleições diretas para diretores e reitores, fortalecimento dos conselhos escolares e participação da comunidade escolar e acadêmica nos conselhos de educação são alguns requisitos.

Percebe-se, pois, que o devido conhecimento do documento como também o seu debate nos ambientes escolares e reuniões sindicais são de grande importância para que efetivamente se cumpram as suas determinações.

O que o Plano Nacional de Educação busca com isso é elevar o prestígio social da profissão docente, visto que:

As instituições representativas do professorado no Brasil, dentre outras organizações da sociedade civil, ressaltam que a baixa atratividade a profissão docente, conforme evidenciada nas pesquisas acadêmicas no país, imprensa e organismos internacionais, provém de uma profissão que passa por extrema

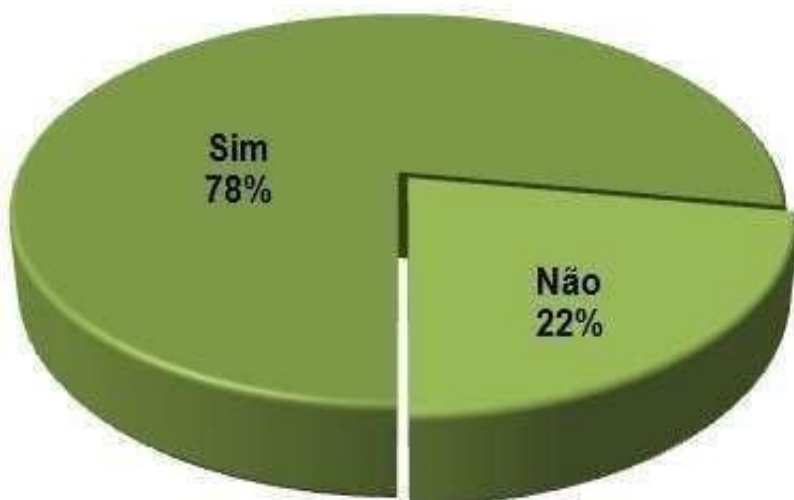
desvalorização social (DUARTE; OLIVEIRA, 2014, p. 232).

Nesse contexto, ressalta-se a necessidade de mudança do percentual de 61% para 100% dos debates nas reuniões sindicais para que sejam fiscalizadas as ações necessárias para a efetiva implantação do que determina o Plano Nacional para a Educação, não apenas para a valorização profissional, mas para todas as questões que envolvem a busca por uma real educação de qualidade no país.

4.2.5 A participação dos sindicatos como importante ferramenta para que haja mudanças no ensino-aprendizagem e uma gestão com participação democrática

Quando questionados sobre a participação dos sindicatos como importante ferramenta para que haja mudanças no ensino-aprendizagem e uma gestão com participação democrática, os professores sindicalizados se posicionaram conforme apresenta o Gráfico 7.

Gráfico 7: Participação dos sindicatos na busca por mudanças no ensino e numa gestão participativa democrática



Fonte: Autoria própria (2022)

Com 78% dos participantes respondendo que sim, o trabalho desenvolvido nos sindicatos abrange também questões que favorecem o processo de ensino-aprendizagem e a efetiva gestão democrática participativa. Principalmente porque não deve existir contradição entre a precariedade das condições de trabalho e a

satisfação em realizar a ação docente. Dessa forma, quando se luta através dos movimentos sindicais por melhores condições de trabalho, está-se ao mesmo tempo garantido que essas melhoras levem a uma qualidade de ensino-aprendizagem, pois se o contrário fosse, de nada adiantaria o atendimento às reivindicações feitas pelos profissionais de educação.

Percebe-se, até pelo tempo de serviço apresentado pelos participantes da pesquisa, que eles gostam da profissão pelo fato de trabalhar com formação humana, apesar do desânimo que muitas vezes sentem em decorrência do descaso com a educação pública do país. Procurando sempre se adaptar às novas exigências profissionais, assumindo sua responsabilidade de forma natural, isso é perceptível na avaliação de desempenho na melhoria dos indicadores escolares. Para Augusto (2014, p. 421) a regulação desses resultados —altera as formas de realizar o trabalho docente, uma vez que os índices de proficiência nos exames externos devem ser obtidos pela equipe de professores, condição obrigatória, e que traz constrangimentos ao ambiente escolar, caso não haja um processo de ensino-aprendizagem eficiente e eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos e lutas sindicais pela educação são antigos e nem sempre visíveis perante a sociedade, mas no geral, e só recentemente, receberam apoio na mídia. Esses movimentos sociais geralmente têm um caráter educativo. Comumente os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os atores principais que estão em cena com maior frequência.

As demandas são históricas e seguiram o processo e o método de desenvolvimento do país, em sua maioria direcionadas para os interesses da categoria profissional, no entanto as reivindicações dos associados contribuíram também para a construção de agendas de políticas públicas como instrumento para uma educação voltada para emancipação política, econômica e social de seus assistidos.

De um modo geral, a educação e a escola, especificamente, têm sido lembradas como uma das opções para transformar o comportamento numa época de violência e descrença na humanidade. A escola trata-se de um ambiente que deve buscar a formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre ela e a comunidade. É necessário, no entanto, que todos os envolvidos estejam satisfeitos com o seu papel social. As lutas sindicais no ambiente educacional não visam apenas o bem-estar do profissional, mas atrelado a este se encontram as necessidades da escola em oferecer um ambiente que possa ser o alicerce de uma nova história.

No caminhar político do sindicalismo docente, o exercício do diálogo parece ser indispensável para o estabelecimento de relações com outros setores sociais, tanto no que concerne à defesa dos interesses do magistério, especificamente, quanto no que concerne a acordos ou até mesmo à participação do sindicalismo docente na busca de interesses sociais mais amplos. No entanto, essa prática nem sempre foi constante na categoria.

O que se vê na história é registro de períodos em que o sindicalismo docente, no seu relacionamento com o Estado, adotava uma prática de enfrentamento e de contestação, em detrimento de qualquer tentativa de diálogo mais tolerante.

Principalmente porque em uma sociedade marcada por conflitos e

contradições, o exercício do diálogo não é uma questão simples.

É necessário haver uma relação com diálogos para que haja avanço em negociações sindicais, em que possam agregar os interesses dos profissionais com as necessidades educacionais, possibilitando o enraizamento da cidadania entre as práticas sociais por meio da construção de novos espaços. Esse vem a ser um dos desafios da dinâmica societária contemporânea.

Inclusive existe o desafio de considerar a possibilidade de a identidade ampliar os espaços de atuação para além dos sindicatos e dos sindicalistas. Até mesmo indicadores responsáveis pela chamada —crise que vem sendo atribuída a essa categoria, como o esgotamento das greves, a ausência de diálogo com a população, as divergências internas, vêm impulsionando o sindicalismo docente a rever suas práticas, a aprofundar sua formação, a repensar as formas de atuação até então empregadas ao relacionar-se como Estado, com a categoria e com a sociedade.

Ao final deste estudo foi possível alcançar os objetivos que foram propostos, após a análise da entrevista e questionário aplicados aos Diretores Sindicais e professores sindicalizados. A partir do material analisado, podemos descrever como principais fatores que levaram os professores da rede pública do estado de Pernambuco a filiar-se ao SINTEPE os seguintes:

- a) Valorização da categoria;
- b) Necessidade de melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem;
- c) Defesa das condições de trabalho da categoria;
- d) Defesa econômico-financeira dos associados, com estabelecimento de um piso salarial justo para os professores;
- e) Descaso com a infraestrutura e segurança dos profissionais da educação e alunos.
- f) Ausência de um plano de carreira e uma formação continuada como instrumento de estímulo ao crescimento pessoal e profissional dos associados, condizente com o papel do professor na construção da sociedade.

Por conseguinte, os professores reconhecem o Sindicato como um elemento importantíssimo para a organização da categoria. Embora haja críticas, e muito o Sindicato tenha que conquistar, sem dúvida ele é imprescindível para a melhoria das condições da categoria.

Concluindo-se que, juntamente com a luta dos sindicatos pelas reivindicações dos professores ao longo dos anos, sem, no entanto, alcançá-las na sua totalidade, e ainda com novas exigências tais como: acréscimo de tarefas dos professores com projetos e atividades extraclasse, carga horária excessiva e programas ligados à comunidade escolar, excesso de aluno por turma, maior cobrança por parte da gestão, infelizmente não se verificam atreladas a essas situações melhorias nas condições de trabalho dos professores, desgastando-os e impossibilitando-os de exercer uma melhor reflexão sobre a forma e sentido de sua prática docente, provocando muitas vezes uma relação de alienação com o seu trabalho, contribuindo para que percam o significado do ensino como atividade vital concreta para o desenvolvimento da sociedade.

Dessa forma, é preciso considerar que o Estado tem, sem dúvida nenhuma, um papel importante, mas não detém a exclusividade e o domínio da situação. Deve-se considerar que podem ocorrer conflitos, mas a negociação é uma estratégia presente na ação pública e na decisão de qualquer impasse das lutas sindicais. Deve-se pensar principalmente nos resultados que a decisão tomada irá acarretar para o desenvolvimento das competências essenciais no ambiente escolar para o processo de ensino-aprendizagem, foco principal de todo o contexto que envolve as lutas dos professores através dos sindicatos.

Faz-se importante também, pensar que melhorar a qualidade da educação vai além da promoção de mecanismos de reformas do ensino e novos modos de regulação educativa pelos resultados e índices a atingir. É preciso, neste contexto, considerar as condições de trabalho docente, o ambiente escolar, a infraestrutura e as comunidades atendidas.

As sugestões para melhoria da relação SINTEPE/Sindicalizados, e consequentemente da educação no estado de Pernambuco após a conclusão da pesquisa são as seguintes:

- a) Melhorar a comunicação sindical das propostas de ações estratégicas, buscando resultados mais efetivos;
- b) Ampliar o nível de participação dos professores na base sindical;
- c) Universalizar a qualidade das estruturas físicas e dos recursos didático-pedagógicos e tecnológicos das instituições de ensino no estado de Pernambuco;
- d) prover o reconhecimento profissional e a valorização salarial como fator de

estímulo pessoal e profissional.

- e) Elaborar um Plano de Desenvolvimento continuado para os profissionais da educação visando preencher as lacunas em suas competências.
- f) Cumprir o que preceitua o Conselho Nacional de Educação (CNE), no qual a qualidade da educação apoia-se em 4 eixos: financiamento, valorização profissional, gestão democrática e avaliação institucional.

Significa dizer que as lutas sindicais são voltadas, sim, para o profissional, mas também para a criação e desenvolvimento de novas formas de organização de trabalho nas escolas, devendo, portanto, lutar para proporcionar condições adequadas de trabalho aos profissionais e aos alunos, possibilidade de formação profissional, salário digno, e planos de carreira que motivem cada vez mais o educador no desenvolvimento de sua profissão, e na efetivação de uma gestão participativa nas escolas. São questões que levam a refletir sobre as transformações necessárias e tão debatidas pelos professores no sindicato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABICH, Lourivaldo. **A organização dos professores e a implantação da Gestão Democrática nas escolas estaduais de Mato Grosso (1987-1990).**

Cuiabá, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 1998.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. 28/10/2022. <https://doi.org/10.1590/0101-6620.113>.

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil.** Campinas: Pontes Editores, 1995.

_____. **O que é Sindicalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

_____. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo. Boitempo, 2018. 325 pág.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. **As reformas educacionais e “Choque de Gestão”: a precarização do trabalho docente.** Reunião Anual da ANPED, 28, 2005, Caxambu. MG.

ARAÚJO, ÂNGELA M. Carneiro; OLIVEIRA, Roberto véras de. O sindicalismo na era Lula; entre paradoxos e novas perspectivas. In: OLIVEIRA, Roberto Véras de; BRUDI, Maria A.: FERRAZ, Marcos. O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte; Fino Traço, 2014. P. 29-59.

AUGUSTO, Maria Helena. As políticas de governo e o trabalho docente em Minas Gerais. Capítulo 17. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; MELO, Savana Diniz Gomes (Org.). **Sindicalismo Docente: Desafios e perspectivas.** Camaragibe/PE: CCS, 2014.

BASIUK, S. P. **Sindicalismo:** Estudo exploratório da evolução do movimento sindical dos profissionais de secretariado do Brasil. Monografia. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

BATALHA, W. S. C. **Sindicatos, Sindicalismo.** São Paulo: LTr, 1994.

BIAVATTI, Vânia Tamira. **Sindicalismo e sindicatos docentes no Brasil:** modos de subjetivação docente. Congresso Luso-Afro-brasileiro de ciências sociais, 8, 2004, Coimbra — pp. 1-17. Disponível em <http://www.ces.vc.pt/lab2004/pdts/vaniabiavatti.pd> Acesso em 17/01/2012.

BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. **Os legítimos representantes da classe:** os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX. In: SEMINÁRIO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE, 2009. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BUENO, Kelly Cristina Ribeiro. A Importância do reajuste do piso Salarial dos professores. **Rev. Solidariedade**. 23.03.2022. <https://www.solidariedade.org.br/artigo/a-importancia-do-reajuste-do-piso-salarial-dos-professores>. 23/01/2023.

CARDOSO, Clementina Marques. Livrar a Educação da usurpação empreendedorista: da escolha individual e privada à ação pública. In: TEODORO, Antonio; TORRES, Carlos Alberto (Org.) **Educação Crítica & Utopia: Perspectiva para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOZO, Anderson Matias. **Trabalhadores da Construção Naval no Complexo de SUAPE: trajetórias, identidades e reformulações a partir da divisão sexual do trabalho**. 2ª ed. Recife, PE: ed. do autor, 2021.

CHAGAS, Natália lima Tavares. Bullying: Um Fenômeno Social. In: RIBEIRO JÚNIOR, Joao Cavalcanti (Org.). **A gestão democrática e sua contribuição para o sucesso escolar**. Olinda: Livro Rápido, 2020, p. 116-121.

CHIARELLI, C. A. **O Trabalho e o Sindicato: evolução e desafio**. São Paulo. LTr, 2005.

CISESKI, A. A.; ROMÃO, J. E. Conselhos de escola: coletivos instituintes da escola Cidadã. In: GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CNTE. **Fundeb e piso do magistério têm novos valores para 2013**. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/comunica%C3%A7%C3%A3o/cnte-informa/488-cnte-informa-647-07-de-janeiro-de-2013/11522-fundeb-e-piso-do-magisterio-tem-novos-valores-para-2013>. Acessado em: 14/05/2013.

_____. **Políticas e Gestão da Educação Básica: concepções e proposições da CNTE**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Escola de Formação, 2013.

CONAE: **Conferência Nacional de Educação**: documento – referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, 2013.

DAL, ROSSO. **Sindicato, Jornada de Trabalho**: duração e intensidade in: Imprensa oficial do Estado de São Paulo/SPBC, n.4 out/Nov/Dez. 2006.

DINIZ, Eder Carlos Cardoso; ROCHA, Simone Albuquerque. Dos movimentos aom ovimento: a importância dos movimentos social, popular e sindical na constituição da identidade política docente. **Tendências Pedagógicas**, 32, 106-118. doi: 10.15366/tp2018.32.008.

DUARTE, Alexandre William Barbosa Duarte; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Ação sindical diante das políticas de valorização e atratividade da profissão docente em Minas

Gerais e Pernambuco. Capítulo 10. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; MELO, Savana Diniz Gomes (Org.). **Sindicalismo Docente: Desafios e perspectivas**. Camaragibe/PE: CCS, 2014.

FAUSTO, B. **A revolução de 30: história e historiografia**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor: Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

FERREIRA, José Heleno. **Integração: educação, tecnologia e sociedade**. 2010. Disponível em: <http://www2.funedi.edu.br/revista/revista-eletronica3/artigo6-3.htm>. Acesso em: 10/03/2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

GADOTTI, M. **Estado e Sindicalismo Docente: 20 Anos de Conflitos**. 2009. In: <http://www.adusp.org.br/revista/08/r08a02.pdf>. Acesso em 17/01/2012.

_____. **Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos**. 1. ed. — São Paulo : Moderna : Fundação Santillana, 2014.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GARCIA, Teise de oliveira Guararanha; CORREIA, Bianca Cristina. **Revista Retratos da Escola Pública**, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**.

Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr.,

1995. GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo:

Loyola, 2010. GUARACY, Thales. **A Era da Intolerância**. 1ª ed. São Paulo: Matrix.

2021. 312 p..

HENRIQUES, Tatyana Almeida de Abreu; SILVA, Luciana Leandro. Gestão Escolar e Monitoramento

do Trabalho Docente na Rede Municipal de Campina Grande. In: SILVA, Luciana Leandro; HYPOLTO, Álvaro Moreira; MEDEIROS, Carlos Augusto. **Políticas de Avaliação, Currículo e Trabalho Docente: Repercussões das avaliações externas no cotidiano das escolas públicas**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021, Cap. 6, pag. 173-198.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Maioria dos professores na rede pública tem doutorado. 2013. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/09/maioria-dos-professores-na-rede-publica-tem-doutorado>. Acesso em: 20/09/2016.

LOBATO, Ana Terra Feitosa. SCHALCHER, Tayana Chrystine Wood. **GREVES TRABALHISTAS: Análise histórica: aspectos legais e atuais**. Revista Via Jus, 2010. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=3563&idAreaSel=8&seeArt=yes>. Acesso em: 19/10/2016.

LOPES, Carmem L.E.; TRIGUIEROS, Nanci N.E. **História do Movimento Sindical no Brasil**: Cadernos 1, 2, 3, 4, e 5. São Paulo, 1991. Publicação do Departamento de Educação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região.

LOPES, Josefa Batista. **As Lutas Sociais Operárias e Populares no Brasil**: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo. São Luís. Anais... II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2005.

LIBANEO, José Carlos. **Ideologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares**. Em aberto, Brasília: MEC/INEP, -v. 17, n. 72, p. 97-112, jun. 2001.

MONLEVADE, João Antonio. **Fazer para acontecer**. Brasília: Idea, 2002.

MOURA, Rita de Cássia Barreto de. História do Sindicalismo dos trabalhadores da educação básica em Pernambuco. Capítulo 11. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; MELO, Savana Diniz Gomes (Org.). **Sindicalismo Docente: Desafios e perspectivas**. Camaragibe/PE: CCS, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1992.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Heliodoro. Educação E Resistência: A Atuação do Sindicato dos Professores de Pernambuco e da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de Pernambuco Durante a Ditadura Militar (1979-1985). ANPUH-Brasil – **30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os Sindicatos e as políticas de responsabilização docente. Capítulo 9. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; MELO, Savana Diniz Gomes (Org.). **Sindicalismo Docente: Desafios e perspectivas**. Camaragibe/PE: CCS, 2014.

OLIVEIRA, Victor Fernando Ramos. **Sindicalismo docente: a participação sindical dos professores da Rede Municipal de Castanhal-PA no SINTEPP**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 18, 1997, Porto Alegre. **Anais: Sistemas e instituições: repensando a teoriana prática.** Porto Alegre, ANPAE, 1997.

PINTO, Tales dos Santos. As greves no ABC e o fim da ditadura. **Rev. Mundo Educação.** Ed.Fev. 2022.

RAMOS, Cosete. **Pedagogia da qualidade total.** Rio de Janeiro: Qualitumark, 1994.

RAYOU, P. e VANZANTEN. Enquête sur Lis nouveaux enseignants: Changeront-ils l'école. Paris: Baxard. 2004.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva; OLIVEIRA, Victor Fernando Ramos de. **Sindicalismo docente e participação.** 1ª ed. Curitiba. PR. CRV. 2020. 118 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSSO, Sadi Dal Rosso; CRUZ, Hélvia Leite Cruz; RÊSES, Erlando da Silva. **Condições de emergência do sindicalismo docente.** Pro-Posições vol.22 no. 2 Campinas May/Aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200009. Acesso em: 20102016.

SANTOS, Josiel Barbosa. Sujeitos e estratégias de aprendizagem no ciclo de alfabetização. In: RIBEIRO JÚNIOR, Joao Cavalcanti (Org.). **A gestão democrática e sua contribuição para o sucesso escolar.** Olinda: Livro Rápido, 2020, p. 148-165.

SILVA JÚNIOR, C. A. da. Espaço da administração no tempo da gestão. In: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Org). **Política e gestão da educação: dois olhares.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A Pesquisa Científica.** In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Felipe Arruda Aguiar Sobreira. **O estado como garantidor da liberdade sindical.** Âmbito Jurídico, 1 de fevereiro de 2016.

TAVARES, Manuel. Contribuições para a história do Sindicalismo Docente, em Portugal: dos grupos de estudos à afirmação e crise do movimento sindical docente. Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais. Vol. 22, N. 37, Arizona State U. 2014.

TEODORO, António, Carlos Alberto Torres. **Educação crítica e utopia: perspectivas para o século XXI.** – São Paulo: Cortez, 2006.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VALE, Ana Maria do. **Diálogo e conflito**: a presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente. Ana Maria do Vale – São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Piso salarial nacional dos educadores**: dois séculos de atraso. Ed. Brasília,DF: CNTE, LGE, 2010.

ANEXO I: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA

PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Olinda-PE, 22 de janeiro de 2022.

Eu, **JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JÚNIOR**, CPF: 203.812.804-97, mestrando do Curso de Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, Instituição Estadunidense acreditada e registrada no Departamento da Flórida e que tem como representante legal no Brasil o Instituto Veni Brasil Limitada: CNPJ: 43.982.087/0001-52, venho respeitosamente solicitar do(a) gestor(a) do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco autorização para realizar, na referida Instituição, a pesquisa que tem como título: **Sindicalismo da Rede Estadual de Pernambuco: Um Estudo sobre as Concepções dos Docentes e como objetivo geral: compreender de que maneira e em quais circunstâncias o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE) vem atuando como agente de mobilização coletiva em prol da educação e de seus afiliados, visando a melhoria das condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação.** Destacamos que o estudo envolverá gestor das subseções, **e professores associados ao sindicato** e está sob a orientação do professor Dr. Anderson Matias Cardozo.

Afirmo o compromisso com os procedimentos éticos exigidos nas pesquisas que envolvem seres humanos, considerando que a identidade dos sujeitos participantes será preservada e os dados coletados serão utilizados unicamente para fins acadêmicos. Contando com a autorização do(a) representante legal desta instituição, a referida discente coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento.

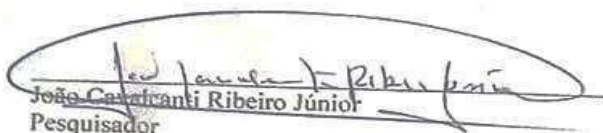
Contato do pesquisador principal:

Celular: (81) 99299.2017

e-mail: joaoolinda14@gmail.com

Contando com a autorização desta instituição, a referida aluna coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,



João Cavalcanti Ribeiro Júnior
Pesquisador

Professor orientador

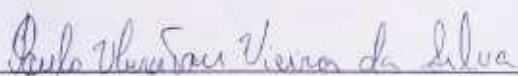
ANEXO II: CARTA DE ANUÊNCIA**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO - SINTEPE****CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos o pesquisador João Cavalcanti Ribeiro Júnior a desenvolver o seu projeto de pesquisa Sindicalismo da Rede Estadual de Pernambuco: Um Estudo sobre as Concepções dos Docentes, a qual está sob a orientação da Professora Dra. Amanda Micheline Amador de Lucena e tem como objetivo: Compreender de que maneira e em quais circunstâncias o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE) vem atuando como agente de mobilização coletiva em prol da educação.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se o mesmo a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o(a) pesquisador(a) deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Olinda-PE, em 24 / 02 / 2022.



Nome/assinatura e carimbo do responsável pela Instituição
ou pessoa por ele delegada



ANEXO III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Dados de identificação

Título do Projeto: **“SINDICALISMO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES”**.

Pesquisador Responsável: JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JÚNIOR

Nome do participante:

Data de nascimento: / / R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa **“SINDICALISMO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES”**, de responsabilidade do (a) pesquisador (a). JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JÚNIOR.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo compreender de que maneira e em quais circunstâncias o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE) vem atuando como agente de mobilização coletiva em prol da educação e de seus afiliados, visando a melhorias das condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação. Espera-se, como benefício, contribuir para um delinear das opiniões das pessoas entrevistadas e fornecer um registro científico da instituição como instrumento catalisador de mobilização político-educacional que visa trabalhar em prol de melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional do profissional de educação. E que o uso dos resultados da pesquisa será efetuado com respeito aos direitos civis, sociais e culturais.
2. A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário que terá como procedimento para aplicação uso da sala no próprio sindicato ou em local determinado pela direção. A sua aplicação será feita pelo pesquisador, com duração máxima de uma hora, composta em média de 10 perguntas, para isso, será usado/a papel e caneta, fornecidos pelo pesquisador. Em obediência as determinações de medidas protetivas com relação ao COVID-19, você está sendo informado que durante a aplicação do questionário, será feita a limpeza e desinfecção das superfícies das salas onde será realizada a aplicação do questionário; as portas e janelas permanecerão abertas; haverá o distanciamento entre os participantes, e o uso de álcool em gel e máscara também fornecido pelo pesquisador.
3. Durante a execução da pesquisa não ocorrerá nenhum risco físico, você está sendo informado que toda a pesquisa possui algum tipo de risco, mesmo que seja mínimo aos participantes. No presente estudo os riscos poderiam ser apontados apenas como uma possibilidade de constrangimento, pelo próprio ambiente, ou por algum questionamento a ser abordado. Essa questão pode ser minimizada em decorrência de que os participantes do estudo não serão identificados nem haverá referência a dados pessoais, o que torna justificável o risco

pela importância do estudo para verificação da efetiva prestação de serviço oferecido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintepe) aos seus associados visando a melhoria das condições de trabalho e ensino dos profissionais da educação.

4. Você está sendo informado que o presente estudo não promoverá: discriminação; estigmatização ou preconceito, como também eu todos os seus direitos serão respeitados e terá o devido acompanhamento de assistência imediata, integral e gratuita caso seja necessário.

5. Ao participar desse trabalho você estará contribuindo de forma direta para o levantamento de informações e beneficiando de forma indireta para a importância da efetiva prestação de serviço oferecido pelo Sintepe aos seus associados.

6. A sua participação neste projeto deverá ter a duração de uma hora em único encontro devidamente agendado com o sindicato e o professor. E que não haverá o uso de dispositivo de gravação de vídeo e/ou áudio durante a pesquisa.

7. Você não terá nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

8. Você está sendo informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, comprovadamente, será ressarcido.

9. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação no estudo, poderá ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde onde afirma que são princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais garantir o assentimento e consentimento dos participantes da pesquisa, bem como garantir a confidencialidade das informações e privacidade dos participantes. Além do compromisso em propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais advindos da participação na pesquisa

10. O seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se você desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação. E poderá retirar este consentimento e sair do estudo quando quiser em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização ou prejuízo.

11. Você está sendo informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que terá acesso aos resultados como também poderão ser publicados e que os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador principal, pelo período de 5 anos após o término da pesquisa.

12. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com João Cavalcanti Ribeiro Júnior, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (81) 99299.2017, e-mail: joaoolinda14@gmail.com. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Comunicação e Turismo De Olinda – FACOTTUR, Avenida Ministro Marcos Freire, 1387, Bairro Novo, Olinda-PE, em seu horário de atendimento, ou pelo fone (81)99217-1071, ou pelo e-mail:comite.etica@facottur.org..

Assinatura do pesquisador

Assinatura do orientador

Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Desta forma, assino e rubrico todas as páginas deste termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do(s) pesquisador(es).

Cidade, _____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante

APÊNDICE I: GUIA PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JUNIOR e-mail:

Prezado(a) Senhor(a):

GUIA DO QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo Compreender de que maneira e sob quais circunstâncias vem atuando o Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Estado de Pernambuco (SINTEPE) enquanto agente de mobilização educacional. Este estudo servirá de base para que possamos Analisar o significado e a importância, que os trabalhadores de educação atribuem ao movimento sindical, enquanto entidade representativa. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

(Atenção: Este questionário é destinado aos **professores sindicalizados** e que queiram participar da pesquisa)

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade:
- Gênero:
- Formação:
- Tempo de atuação como professor:

Q2. Você conhece as lutas que foram desenvolvidas pelo sindicato ao longo do tempo em prol dos trabalhadores da educação?

☐ Sim

☐

Não

Q3. Você participa das reuniões realizadas pelo sindicato para soluções de problemas sindicais?

☐ Sim

☐

Não

Q4. Você acha que as greves é a melhor forma de reivindicar melhorias das condições de trabalho e ensino dos docentes?

☐ Sim ☐ Não

Q5. O piso salarial atual configura um reconhecimento do profissional? Sim Não

☐ ☐

Q6. Além da luta por um piso salarial condizente com a profissão de educador, você acha que o sindicato também luta por condições melhores de trabalho para uma educação de qualidade?

☐ Sim ☐ Não

Q7. O Plano Nacional de Educação (PNE) também é debatido pelo sindicato uma vez que um dos objetivos do plano é a valorização dos profissionais de educação?

☐ Sim ☐ Não

Q08. Você acha que a participação dos sindicatos toma uma importância real, para que haja mudanças no ensino-aprendizagem e uma gestão com participação democrática?

☐ Sim ☐ Não

APENDICE II: GUIA DO QUESTIONÁRIO DOS DIRETORES SINDICAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrando: JOÃO CAVALCANTI RIBEIRO JUNIOR e-mail:

Prezado(a) Senhor(a):

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo

GUIA DO QUESTIONÁRIO

Compreender de que maneira e sob quais circunstâncias vem atuando o Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Estado de Pernambuco (SINTEPE) enquanto agente de mobilização educacional. Este estudo servirá de base para que possamos Analisar o significado e a importância, que os trabalhadores de educação atribuem ao movimento sindical, enquanto entidade representativa. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

(Atenção: Este questionário é **destinado aos diretores sindicais**) Q1. Identificação do

Entrevistado:

- Idade:
- Gênero:
- Formação:
- Tempo de atuação no sindicato:

Q2. Como você descreveria as lutas que foram desenvolvidas pelo sindicato ao longo do tempo em prol dos trabalhadores da educação?

Q3. Como você avalia as reuniões realizadas pelo sindicato para soluções de problemas sindicais e a adesão dos professores?

Q4. O sindicato utiliza a greves como a melhor forma de reivindicar melhorias das condições de trabalho e ensino dos docentes?

Q5. Como você avalia a questão do piso salarial atual? Você acha que ele configura um reconhecimento do profissional?

Q6. Ainda em relação ao piso salarial, qual é a real posição do sindicato?

Q7. Que ações são desenvolvidas pelo sindicato para reivindicar melhores condições de trabalho para seus sindicalizados principalmente na busca por uma educação de qualidade?

Q8. O Sindicato também realiza debates em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE) uma vez que um dos objetivos do plano é a valorização dos profissionais de educação? Comente:

Q9. Quais ações são desenvolvidas pelo sindicato em relação a formação profissional?

Q10. Qual a contribuição do sindicato na melhoria do processo de ensino aprendizagem na busca por efetivação de uma gestão democrática?
